# Cultura e língua grega em Portugal e outras regiões da península entre os séculos XV e XVIII (seis momentos para a compreensão e estudo da sua dinâmica)

Manuel Cadafaz de Matos*

À Colega Prof. M. H. Ureña Prieto,
distinta helenista e investigadora,
da Academia Portuguesa da História

Entre os começos do período quatrocentista e meados do século XVIII, a cultura e a língua grega, a par da latina, estiveram praticamente sempre presentes em Portugal e na Península Ibérica em geral, nos movimentos das ideias, nos principais centros de opinião e decisão.

Quer nos meios cultos – universitários ou não – quer nos principais focos de decisão política, o Grego, nesses períodos, nunca foi relegada apenas para uma condição de língua morta, transportando para um passado arredio e distante. Esta língua clássica, com efeito, possibilitou sempre ser vista, no essencial, como uma *porta* que permitia a abertura a outros patamares, a outras consciências, enfim, do conhecimento e das civilizações do homem.

* Academia Portuguesa da História e Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE.

REVISTA PORTUGUESA DE HISTÓRIA DO LIVRO E DA EDIÇÃO - ANO XII, nº. 24 - 2009, pp. 243-300.

Não é possível, pois, analisar ou estudar alguns dos aspectos da cultura neo-helénica no nosso país sem se terem em conta aspectos como o das figuras helénicas que se fixaram (pelos motivos mais variados) em terras da Península, quer se trate de Vataça ou Angelina da Grécia ou de João Menelau; o de intelectuais portugueses, como o humanista Aires Barbosa, que se notabilizaram no ensino da língua grega mesmo fora de solo pátrio; o de outros intelectuais como o Duque de Lafões ou D. Manuel Caetano de Sousa, por quem a cultura helénica foi significativamente acarinhada; ou o de D. Tomás de Almeida, Director Geral dos Estudos do Reino, que se preocupou em que os caracteres de língua grega continuassem a ser postos ao serviço dos homens cultos e das colectividades de ensino.

## I
## 1403: Alguns acertos e dúvidas sobre Vataça e Angelina da Grécia na Península Ibérica

Remontando seguramente, a um período anterior, não muito distante da fundação da nacionalidade), a presença de figuras do mundo helénico em Portugal é detectável ainda no século XII. Neste âmbito histórico detemo-nos aqui, primeiramente, na aristocrata D.Vataça Lascaris[1]. Tratou-se de uma dama helénica, proveniente do Império de Niceia – nascida em Ventimiglia, filha de Guillermo

1 Remete-se para Joaquin Miret y Sans, «Tres princesas griegas en la corte de Jaime II de Aragon», in *Revue hispanique,* vol. 15,1906; Michael Maclagan, «A Byzantine Princess in Portugal», *Studies in Memory of David Talbot Rice,* Edimburgo,1975; «Vataça: uma dona na vida e na morte», in *Revista da Faculdade de Letras – História*, 3ª. série, III (1986), pp. 159-193; Maria Helena da Cruz e Leontina Ventura, «Os bens de Vataça. Visibilidade de uma existência», in *Revista de Historia das Ideias*, vol. 9, Coimbra, FLUC, 1987, (p. 40, nº. 33); Marsilio Cassotti , *Infantas de Portugal, rainhas em Espanha* (trad. Francisco Paiva Boléo), Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 77-94; «D. Vataça: Um. Exilio, um Destino na Corte da Rainha Santa Isabel», in *Munda*, nº. 8, 1984, pp. 49-54.

Pedro (c. 1230-1282), 1º. Conde de Vintimiglia e de Endoxia Lascaris (esta, por sua vez, filha de Teodoro II Doukas Lascaris, este por seu lado neto do 1º. imperador de Bizâncio em Niceia, Teodoro I Lascaris). De formação cultural e religiosa bizantina, ela poderá ter chegado a Portugal c. 1288.

Essa sua chegada à Corte portuguesa ocorreu no séquito que acompanhava D. Isabel de Aragão, como aia, por ocasião do seu casamento com o rei Dinis de Portugal. D. Vataça viveu, primeiramente, junto de D. Isabel (de quem se viria a tornar amiga e confidente). Consumado o casamento desta com D. Dinis (cujo reinado, como é sabido, se prolongou por 46 anos, entre 1279 e 1325) – partiu, na presença de D. Constança, para Castela, onde esta desposou o rei Fernando IV[2].

Importa assinalar que este apelido, Lascaris, daquela aristocrata relacionada com Portugal, continuou ao longo dos séculos a ser comum a figuras da intelectualidade bizantina. Veja-se, o caso de Constantino Lascaris, uma das eminentes figuras da intelectualidade bizantina na Itália do Renascimento[3].

Pode estabelecer-se, deste modo, um ponto de vista de análise comparativa entre as duas damas de formação helénica, D. Vataça Lascaris, que já na última década

---

2 A política de alianças entre as realezas peninsulares nesse período da governação dionisina encontra-se cabalmente documentada na obra de Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana, Parte V* (edição original seiscentista existente no CEHLE).

3 É bem provável que o mais antigo livro impresso em Veneza por Aldo Manúzio seja o intitulado *Constantini Lascaris Erotemata cum interpretatione latina,* 1494-1495. José V. de Pina Martins, in *Humanisme et Renaissance de l'Italie au Portugal, Les Deux Regards* de Janus (Paris, 1989, 2 vols.), explicita, in vol. 2, p. 940, nº. 209, que se deve também a este humanista bizantino a edição – na mesma oficina veneziana, presum. de 1498 – intitulada *Constantini Lascaris Byzantini de octo partibus orationis,* de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Portugal.

do século XIII vivia em Portugal; e D. Angelina da Grécia que, como veremos adiante, chegou à Península Ibérica (proveniente do império bizantino), em Janeiro ou Fevereiro de 1403, ou seja, cerca de um século depois.

Registe-se que, entretanto, a própria D. Vataça Lascaris passou a assumir um papel de algum relevo nas negociações políticas entre Portugal e Leão e Castela. No respeitante a acontecimentos verificados pouco depois, e a um acordado encontro entre os monarcas peninsulares – concretizado em Badajoz, em fins de Abril de 1303[4] – encontram-se estudadas, para além de algumas epístolas firmadas por D. Dinis e pelo Conde de Barcelos, as assinadas pela própria D. Vataça Lascaris[5].

Alguns anos depois esta aristocrata helénica, ainda na companhia da rainha de Castela, D. Constança, continua a ter alguma preponderância nas negociações políticas entre Portugal e os reinos de Leão e de Castela[6]. Em 1313, antes da morte (então ocorrida) daquela rainha *castelhana* filha de D. Dinis, aquela dama bizantina continuava a ter um papel decisivo na influência, materializada epistolarmente, que D. Isabel sua mãe exercia sobre ela.

Algum tempo depois D. Vataça Lascaris acabaria por deixar Castela e se fixar, definitivamente, no reino de Portugal. Quatro anos depois, D. Vataça tinha uma pequena

---

4 Veja-se, sobre as deslocações por terras do Reino de Portugal (e, também, de Leão e Castela), a obra *Itinerários Régios Medievais, I - Itinerário del-Rei D. Dinis, 1279-1325*, coordenação editorial por Virgínia Rau, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1962 (a secção respeitante a 1303 in pp. 56-57).

5 Fenando Félix Lopes, "Actividades pacificadoras de S. Isabel de Portugal nos dissídios entre Castela e Aragão, de 1300 a 1304", in revista *Itinerarium*, nº. 57 (Ano XIII), de Julho a Setembro de 1967, pp. 288--339. Veja-se, ainda, José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, D. Dinis, Lisboa, Temas e Debates, colº. "Reis de Portugal", 2008, p. 152.

6 Remete-se ainda para o bem documentado estudo *Santa Isabel*, da autoria do Prof. António Garcia de Vasconcelos (recentemente reeditado pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, em 2 volumes).

corte aristocrática, na fortaleza existente na vila alentejana de Santiago do Cacém (a qual lhe fora doada pelo rei-esposo da sua protectora) onde se ocupava a zelar por bens de significativa monta, tal como algumas propriedades.

Até meados dos 20 ou inícios dos anos 30, daquele século, D. Vataça acompanhou Isabel de Portugal quando esta se fixou em Coimbra, já então com uma lenda de mulher muito próxima de Deus. Aqui acabou por vir a falecer, no ano de 1336, encontrando-se sepultada na Sé Velha de Coimbra[7], onde o seu túmulo, com as insígnias dos Lascaris (águias bicéfalas) ainda hoje poder ser apreciado. Ele situa-se não muito distante, afinal, do da sua protectora de sempre, a Rainha Santa Isabel, que com o seu bordão de peregrina jacobeia permanece no mosteiro de Santa Clara a Velha.



O túmulo da aristocrata helénica D. Vataça Lascaris,
na Sé Velha de Coimbra (séc. XIV)

Uma outra figura a que a historiografia sobre a helenização da Península Ibérica não tem dado a devida atenção – até, em parte, por falta de elementos disponíveis – foi Angelina da Grécia, que em 1403 chegou, por via do porto que serve Sevilha, a terras de Castela.

---

7 *Coimbra*, colº. "Inventário Artístico Português", Lisboa, Academia Nacional das Belas Artes.

Os acontecimentos em torno da vida de Angelina da Grécia, pelo menos os que mais se prendem com a sua vinda para este recanto do globo, gravitam à volta da embaixada de Castela à Corte de Timour Beg (mais conhecido como Tamerlão), na Ásia Central, entre 1403 e 1406. Deste acontecimento chegou até nós o relato pela pena do cronista Ruy Gonzalez de Clavijo.

Entre os antecedentes desta embaixada, segundo registou o historiador castelano Juan de Mariana, contam-se o facto de o turco Bajacet ter atacado os cristãos de Nicopolis em 1396 e, nesse período, ter feito conquistas nos territórios da Grécia, da Bulgária, da Sérvia e de Bizâncio[8]. Na sequência de tais acontecimentos Tamerlão fez guerra a Bajacet, enfrentando-se ambas as hostes em 28 de Julho de 1402. Do confronto resultou a derrota deste último – sabe-se que, ali, o exército turco ficou destroçado – bem como a sua prisão.

Após as devidas negociações, estavam então criadas as condições para Henrique III de Castela enviar uma embaixada aquele vencedor do *inimigo* dos cristãos, Tamerlão. A escolha dos embaixadores recaiu em dois nobres castelhanos que conheciam bem aquela região, precisamente Payo Gomez de Sottomayor e Hernán Sánchez Palaçuelos, que para o efeito deixaram o seu país, pelo porto de Cádis, em 23 de Maio de 1403. A sua chegada a Samarcanda ocorreu mais de um ano depois, em 8 de Setembro de 1404.

Quanto à embaixada castelhana, subsistem descrições pormenorizadas quer dos itinerários quer dos prin-

---

8 *La route de Samarkand au temps de Tamerlan. Relation du voyage de l'ambassade de Castille à la cour de Timour Beg par Ruy González de Clavijo, 1403-1406*. Tradução e comentários por Lucien Kehren, Paris, Imprimerie Nationale Éditions, colº. "Voyages et Découvertes" (dirigida por Michel Mollat du Jourdan), 2002, p. 60.

cipais acontecimentos ocorridos em tal périplo. Sabe-se, por outro lado, que por sua parte também Tamerlão, em termos de reciprocidade, diligenciou no sentido do envio dos seus próprios representantes diplomáticos ao *encontro* da Coroa de Castela, mais precisamente de Henrique III, ou dos seus representantes. Assim Tamerlão designou na circunstância, para esse efeito, Mahammed al-Kèchi. É no quadro destas negociações bilateriais que surge, efectivamente, a figura de Angelina da Grécia.

### I-1. Algumas das repercussões da sua vinda para Castela e da sua fixação na cidade de Segóvia

Tamerlão considerava Henrique III de Castela como um seu aliado, nas lutas que continuava a desenvolver no seu império. Enviou-lhe assim aquela missiva diplomática, em que lhe dava testemunho da vitória contra o inimigo comum, Bajacet (o qual, aliás, como prisioneiro, viria a falecer pouco depois), e que já tinha diligenciado na libertação de vários cristãos[9].

Aquele estratega da Ásia Central confiou então aos seus embaixadores – a fim de que fossem entregues ao rei de Castela – não só

> *belos presentes compostos de jóias de valor e de duas ou três damas cristãs de alta linhagem que tinham sido libertadas* [por Tamerlão] *do harém de Bajacet, onde se encontravam cativas desde que tinham sido aprisionadas na Grécia, ou na Bulgária pelos turcos*[10].

---

9 Lucien Kehren, *op. cit.*, p. 63.

10 Idem, *ibidem*, p. 63. Não existe consenso, rigoroso, quanto à identidade destas damas cativas de alta linhagem. González Gil Dávila, in *Historia de la vida y hechos del rey Henrique tercero de Castilla* (Madrid, 1638), estabelece que havia duas damas, Angelina, da Casa

A historiografia disponível aponta, com efeito, que estas damas, na sua viagem do Médio Oriente para a Península Ibérica, embarcaram nesse período – acompanhadas dos seus servidores e das suas bagagens – no porto de Pera[11] (não muito distante de Constantinopla). Assim, chegaram ao sul de Castela, mais precisamente ao porto de Cádis, alguns meses depois.

Em Fevereiro de 1403 Angelina da Grécia já se encontrava, acompanhada de Payo de Sottomayor – referenciado como «pagem do rei» – na cidade de Sevilha, atendendo-se aos respectivos registos da municipalidade. Nessa cidade sul-castelhana ela poderá ter inspirado amores a um eventual residente. L. Kehren afirma-o na medida em que no *cancioneiro* de Juan Alfonso de Baena encontra-se um poema de amor cortês a ela dedicado por um gentil-homem de Sevilha.

Essa legação estrangeira com tão ilustres damas deixou a cidade andaluza, pouco depois, em 12 do mesmo mês de Fevereiro, em direcção a Córdova, onde descansou algum tempo e visitou as belezas arquitectónicas da urbe.

Nessa época o rei de Castela Henrique III encontrava-se em Segóvia. Para ali foi conduzida então Angelina da Grécia, onde terá chegado muito provavelmente nos últimos dias de Fevereiro desse mesmo ano.

---

dos Reis da Hungria, e Catarina. Por seu lado Argote de Molina, na secção "Breve discurso sobre el itinerário de Ruy González de Clavijo", in *Historia del gran Tamerlán* (Sevilha, 1582, nova edº., Madrid, 1782), sustenta que as duas senhoras eram Angelina da Grécia e Maria Gómez.

11 Lucien Kehren (in *op. cit.*, p. 64) regista que "Palaçuelos estava ausente" e que, da parte contrária, o embaixador Mohammed Al-Kèchi acompanhava Angelina, com a incumbência de fazer a sua entrega ao rei de Castela.

## I-2. Do enamoramento da aristocrata por Diego de Contreras, do seu casamento e da sua ascendência e descendência

Lucien Keren aponta que em começos de Março de 1404 tão ilustre comitiva foi recebida, em mais do que uma cerimónia protocolar, por Henrique III. Numa dessas cerimónias, o corregedor de Segóvia, Diego de Segóvia, enamorou-se de Angelina de Grécia, que retribuiu os seus afectos. Tendo o pretendente solicitado a devida autorização de casamento, o monarca não só deferiu o seu pedido como a privilegiou com um dote.

Desse casamento nasceram, como consta dos respectivos registos, três filhos. Uma das questões que subsistem acerca dessa descendência, sobretudo em relação aos começos do século seguinte, é se a família dos Contreiras, que no período quinhentista se localiza entre a cidade de Évora e a vila de Montemor-o-Novo[12], pertenceu ou não aquela linhagem proveniente de Segóvia.

Foi precisamente nesta cidade castelhana que Angelina da Grécia viveu com o marido vários anos. A casa onde residiu ainda hoje ostenta as armas dos Contreiras. Ali acabou por falecer, sendo sepultado na capela de San Juan de los Caballeros, em cuja tumba figuram as insígnias dos Contreras (inclusivamente a representação de um leão de ouro rompante).

Os historiadores que têm estudado a vida desta dama deparam-se, no essencial, com algumas lacunas informativas a seu respeito. Uma delas diz respeito à sua verdadeira ascendência.

---

12 Manuel Cadafaz de Matos, "Diogo de Contreiras...", in *Algumas Obras de André de Resende, vol. II, 1529-1551*, Lisboa, CEHLE e Edições Távola Redona, 2008.

Um dos problemas provém, por exemplo, da epigrafia constante da sua pedra tumular. Essa inscrição, ali apresentada, tem feito surgir, com efeito, as mais diversas dúvidas. Ali regista-se:

> *Aqui repousa Angelina da Grécia, filha do conde João, neta do rei da Hungria, esposa de Diego de Contreras*[13].

A questão é que subsistem, documentalmente, diversas contradições a respeito desta relação de Angelina com a realeza húngara. Efectivamente L. Kehren estabelece que «o rei da Hungria que poderia ter sido o avô de Angelina, pelo menos segundo a cronologia, é Luís de Anjou, rei da Polónia e da Hungria (que viveu entre 1342 e 1382)». Neste enquadramento temporal não lhe é conhecida «nenhuma neta aprisionada pelos turcos; por outro lado, o lião rompante não figura nos armoriais da Hungria desta época»[14].

Seja como for, continua a prevalecer, por mais segura, a hipótese de que Angelina da Grécia – dada essa associação de elementos provenientes do nome com que ela passou para a posteridade – continua a ser perspectiva como um dos elos da cultura da Hélade na península Ibérica nos fins do século XV.

## II
## C. 1515 : João Menelau, a *ensinança* do Príncipe D. João e a sua passagem para as Índias Orientais

Outra interessante figura chegada à Península Ibérica proveniente do mundo helénico foi João Menelau. Ele terá contribuído também, a seu modo, para uma apro-

13 Lucien Kehren, *op. cit.*, p. 65.
14 Idem, *ibidem.*

ximação entre as duas culturas e, na Corte portuguesa, para uma melhor difusão da língua e cultura grega.

No reinado de D. Manuel I – que faleceu em Lisboa em 1521 – a cultura grega continuava, com efeito, na ordem do dia, nos principais meios cultos e, sobretudo, em meios universitários e junto de alguma aristocracia mais esclarecida. Este monarca, pensando na sólida formação humanística do seu herdeiro, o príncipe D. João (nascido em 1502), pretendeu dotá-lo de reputados mestres, os quais encarregou da sua educação e preparação para a governação futura do Reino, o que se parecia avizinhar.

### II-1. Helenismo e humanidades na corte manuelina nas duas primeiras décadas do séc. XVI

Entre estes mestres escolhidos pelo rei *Venturoso* contavam-se o eclesiástico e humanista Diogo de Ortiz, o facultativo[15] Tomás de Torres, bem como o doutor em Leis, Luís Teixeira. A progressão deste régio aluno em tais estudos não terá sido, porém, a mais favorável. Nesta evolução discente – segundo veio a dar testemunho, entre outros, Camilo Castelo Branco[16] – o jovem príncipe não apresentou grandes resultados[17], o que terá levado aqueles seus mestres a apresentarem ao rei D. Manuel, a sua demissão de tais funções.

---

15 Facultativo, nome dado na época aos licenciados que exerciam Medicina.

16 Sobre a evolução da aprendizagem do príncipe D. João, no domínio das Humanidades, deu efectivamente testemunho Camilo Castelo Branco (1825-1890) num texto sobre "Traços de D. João 3º. (História)", primeiramente editado in *Bibliografia Portuguesa e Estrangeira* e *Ribaltas e Gambiarras*, algum tempo depois (e em 1882 objecto de republicação em livro, como se observa, adiante).

17 A essa não progressão do jovem príncipe, em tais ensinamentos humanísticos – e na aprendizagem do latim e do grego em particular – terá estado também associado, na opinião de Camilo, "na preguiça cerebral do príncipe, a atonia nervosa em que o traziam Isabel Moniz e Antónia de Berredo, gentis meninas e mães dos seus bastardos".

Para além desses credenciados mestres do príncipe D. João, ele recebeu ainda ensinamentos do Bispo D. António Pinheiro e de Diogo Sigeo. No que concerne, na especificidade, ao ensino das línguas clássicas, Camilo Castelo Branco destaca, em particular, o papel do já referido *magister* Luis Teixeira para a tradução bem como o helenista grego João de Menelau. A este último – que tudo indica já residia desde há pelo menos duas décadas em Portugal – foi-lhe atribuída a preparação do príncipe na língua grega, em particular na «conversação»[18].

### II-2. Da família dos Menelau a alguns elementos para a sua genealogia e heráldica quinhentista

Sobre este João de Menelau, oriundo da Grécia, sabe-se que foi um homem de ciência. Desempenhou a sua actividade na Corte manuelina como astrólogo, físico e cirurgião. Neste último aspecto, ele cultivou a Medicina nas suas múltiplas vertentes.

Tudo indica que este grego terá chegado a Lisboa, em fins do século XV. Fê-lo ou atraído pelo esplendor que na

---

18 Camilo Castelo Branco, "Traços de D. João 3º., (História)", edição definitiva (dos textos anteriormente editados por aquele polígrafo, atrás referenciados em nota, sobre este tema), in *Narcóticos*, 2 vols., em particular in vol. I, Porto, Livraria de Clavel & Cª.. – Editores, Imprensa Internacional, 1882, portanto na fase final da vida do escritor de S. Miguel de Ceide. – Servimo-nos, para este efeito, da edição de *Narcóticos* existente no CEHLE, 2 vols., Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1920 (esta matéria em particular in vol. I, pp.75-77). Aquela edição de 1882 é também referenciada no catálogo *Camiliana* (referente a um leilão da responsabilidade da empresa Soares e Mendonça que teve lugar em 1968), cujas descrições se ficaram a dever ao credenciado bibliógrafo e livreiro portuense, Manuel Ferreira. De assinalar, ainda, que a obra *Narcóticos* integrou, mais tarde, as *Obras Completas*, de Camilo Castelo Banco, publicadas sob a direcção de Justino Mendes de Almeida (estudos bibliográficos, fixação do texto e anotações), vol. XV, *Miscelâneas III*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1993, pp. 549-925. Nesta nova edição o presente texto camiliano sobre D. João III, surge, mais especificamente, in pp. 553-618.

altura catapultava o Portugal dos descobrimentos para uma das nações mais prósperas (e promissoras) da Europa – sob o *cheiro* da pimenta e das especiarias – ou, eventualmente, terá sido convidado pelo próprio monarca, para aqui dar testemunho dos conhecimentos científicos que detinha.

João Menelau terá chegado a Lisboa, segundo Ana Isabel Buescu, ainda em fins do século XV. Em 1500 terá integrado, como astrónomo, a tripulação da primeira armada de Pedro Álvares Cabral[19] que atingiu com êxito, pela primeira vez, as terras de Vera Cruz ou do Brasil. É provável que, então, tenha regressado ao Reino, com a armada portuguesa que atingira tão elevado feito na descoberta da costa brasileira.

A partir de então, admite-se que tenha sido, de certo modo, longa a permanência deste João de Menelau no Reino de Portugal. Num período que se poderá situar entre 1517 e 1522 – no período de transição do reinado de D. Manuel I para D. João III – encontrava-se a viver, muito presumivelmente, ainda em Lisboa. Algum tempo depois, porém, sabe-se que embarcou para terras de Goa, onde muito provavelmente veio a falecer[20].

Ainda antes de seguir para as Índias Orientais, João Menelau foi, como o doutor Luís Teixeira, um dos mestres de língua grega e de cultura helénica de D. João (quer este fosse ainda Príncipe ou já tivesse sido empossado como novo monarca).

Sobre o primeiro desses orientadores do príncipe, filho de D. Manuel, Ana Isabel Bescu alude à «designação do doutor Luís Teixeira como seu novo mestre, quan-

---

19 Ana Isabel Buescu, *D. João III*, col°. "Reis de Portugal", Lisboa, Temas e Debates, 2008, pp. 78-79.

20 Paulo Drummond Braga, *D. João, III*, Lisboa, Hugin, 2002, p. 38.

do D. João tinha já cerca de dezassete anos de idade» (portanto c. 1519). Este leu, com efeito, àquele príncipe as Epístolas de Ovídio e, ainda, as obras de Plínio e Tito Lívio. Ensinou-lhe, de igual modo – pela experiência que havia grangeado na Itália Renascentista de onde chegara há pouco – alguns rudimentos da língua grega[21]. De assinalar que este humanista chegara ao reino de Portugal depois de se doutorar em Direito na Universidade de Bolonha[22], convivendo com os mais sábios humanistas[23] daquele período.

Não terão sido, reconhecidamente, muito notórios, no príncipe D. João[24], os ensinamentos recebidos na língua helénica, da parte de João de Menelau. Pode estabelecer-se, no entanto, que o herdeiro do trono – fazendo ainda fé em Camilo – soube ser-lhe reconhecido. Nomeou-o «rei de armas» em Portugal, fidalgo de sua casa. As armas então atribuídas caracterizavam-se por ser

> *em campo vermelho, uma serpente de prata picada de verde, amedrontada de uma águia de ouro armada de azul que está sobre ela*[25].

---

21 Ana Isabel Buescu, *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, colº. " Reis de Portugal", 2008, pp. 38-39.

22 Luís Teixeira frequentou aulas de Direito Civil e Direito Canónico, na Universidade de Bolonha, na qual se veio a doutorar.

23 Entre esses mestres, Luís Teixeira conviveu com o humanista Ângelo Poliziano.

24 Em relação ao período que se seguiu à sua entronização, como D. João III – e passem embora em claro algumas imprecisões formuladas a tal respeito - tem-se hoje como seguro (como já opinara Camilo Castelo Branco com toda a objectividade) que este monarca nunca chegou a cultivar, com mestria, nem o grego nem o latim. Isso num período em que alguns humanistas de relevo – tais como Álvaro Pais, D. Jerónimo Osório e outros eruditos do seu tempo – não só dominavam bem essas línguas como chegavam, até, a escrever algumas das suas obras nessas línguas e, até, a corresponder-se com outros intelectuais com recurso, em particular, ao latim.

25 Camilo Castelo Branco, *Narcóticos*, vol. I, edição ant. cit. (1920), p. 76.

Importa salientar, porém, que estas armas apresentam, na sua configuração, algumas características diferentes das armas de um descendente (seiscentista) deste João de Menelau. Foi ele o marido de uma tal Helena, que vivia, já em pleno reinado de Filipe II, numa quinta situada na região do Seixal, nos arredores de Lisboa na margem sul do Tejo.

## III
## (1495-)1516: Aires Barbosa, docente da língua grega e dos ensinamentos de Arator em Salamanca

Sendo conhecida uma já significativa soma de estudos em torno do helenista português Aires Barbosa (c. 1470-1540), entre eles os de Sebastião Pinho[26], pretende-se destacar aqui – e havendo algumas imprecisões sobre as datas do seu nascimento e da sua morte[27] – no essencial, alguns dos aspectos do seu percurso académico na Universidade de Salamanca.

Numa primeira fase da sua caminhada intelectual, este helenista, natural de Esgueira, junto a Aveiro, estudou c. de três anos na Universidade de Salamanca. Algum

---

[26] De Sebastião Pinho, neste âmbito, são os estudos "Aires Barbosa, pedagogo e poeta", in *Actas do I Congresso Internacional "Humanismo Novilatino e Pedagogia (Gramáticas, Criações Maiores e Teatro)"*, Universidade Católica Portuguesa, Braga, 1999, pp. 131-148; "Aires Barbosa e os seus 'Cem Exórdios Retóricos'", in *Actas do Congresso "A Retórica Greco-latina e a sua Perenidade"*, Coimbra, CECH e IEC, 2000, pp. 715-727; e "Retórica e Poética na *Epometria* de Aires Barbosa", in *Retórica, Poética e Géneros Literários*, dir°. de José A. Sánchez Marín e M. Nieves Muñoz Martín, Granada, Universidade de Granada, 2004, pp. 313-330.

[27] Sebastião Pinho, no estudo "Aires Barbosa, pedagogo e poeta", admite como hipótese que ele tenha vivido entre c. 1470 e 1540 (seguindo, quanto à primeira dessas datas, a proposta de José V. de Pina Martins, 1977: 158). Por seu lado Ángel Gómez Moreno, na obra *España y la Italia de los Humanistas.Primeros Ecos*, Madrid, Editorial Gredos, «Biblioteca Románica Hispánica», 1994, p. 62, regista que ele terá vivido entre c. 1456 e 1530.

tempo depois teve formação em Itália, mais precisamente em Florença, onde esteve alguns anos da última década do século XV e onde se graduou como mestre de Artes.

Nesta capital do humanismo transalpino, Aires Barbosa estreitou contactos com o humanista Angelo Poliziano (que, como é sabido, também privou com outros humanistas lusitanos como Henrique Caiado). Voltando para a Península Ibérica, acabou por ocupar, c. de 1490-95, em Salamanca, a primeira cátedra de Grego em Castela[28].

A primeira fase da acção filológica deste helenista português decorreu sensivelmente no período em que os helenistas, na Península Ibérica, ainda desenvolviam um trabalho algo solitário. Numa carta – relevada por Ángel Gómez Moreno, num aspecto particular – que enviou ao humanista Lucio Marineo Sículo e constante do epistolário deste, ele sublinhou que o panorama cultural espanhol naquele momento era desértico, até nas próprias universidades :

> *Vix duos tresve Salmanticae inveniri qui latine loquerentur, plures qui hispane, quam plurimos qui barbare* (Epistula XI, 62)[29].

Naturalmente que esta postura, desassombrada, de Aires Barbosa não tem nada a ver com uma certa crítica que ele – e outros filólogos peninsulares como Nebrija – levantou contra certos humanistas transalpinos[30] do seu tempo que, directa ou indirectamente, se relacionaram ou escreveram até sobre esta parte do ocidente europeu.

---

28 Ángel Gómez Moreno, *op. cit.*, p. 19, estabelece que a Cátedra de Grego de Salamanca foi ocupada (aliás pela primeira vez) por Aires Barbosa, c. 1490. Sebastião Pinho, por seul lado, no estudo « Aires Barbosa, pedagogo e poeta » (edº. de 1999, an. cit.), regista que o aveirense só exerceu o seu magistério naquela universidade castelhana «a partir de 1495».

29 Ángel Gómez Moreno, *op. cit.*, p. 312.

30 Ángel Gómez Moreno, *op. cit.*, p. 308.

### III-1. Alguns helenistas contemporâneos do filólogo e comentador luso-salmantino

Em Castela, Aires Barbosa trabalhou, como filólogo e *magister*, sensivelmente no mesmo período de Nebrija[31]; ou, ainda, naquele em que Hernán Nuñez de Toledo (c. 1471/75-1553), o Comentador Grego, preparou cuidadosamente – e fez imprimir em Sevilha, em 1499 – a edição maior do *Laberinto de Fortuna*, de Juan de Mena[32].

Essa acção teórica do português, como especialista em língua e cultura grega, na Universidade de Salamanca, foi também contemporânea da obra desenvolvida pelo helenista Jeronimo Pau. Registe-se que este nascera em Aragão e, depois de redigir bem conhecidos trabalhos em Itália – à divulgação dos quais se dedicaram Francisco Rico e Mariàngela Villalonga[33] – acabou por falecer em 1497.

Pensando-se ainda em Juan de Mena, distam, com efeito, poucos anos entre esta edição do *Laberinto* e a preparação, por Aires Barbosa, da sua cuidada edição de Arator.

Esta última terá resultado, também, do curso que o humanista português ministrou naquela universidade salmantina, entre 1513 e 1514[34]. Tendo aprofundado então esses ensinamentos, resultou daí um dos mais sólidos estudos filológicos por ele preparados, tendo por

---

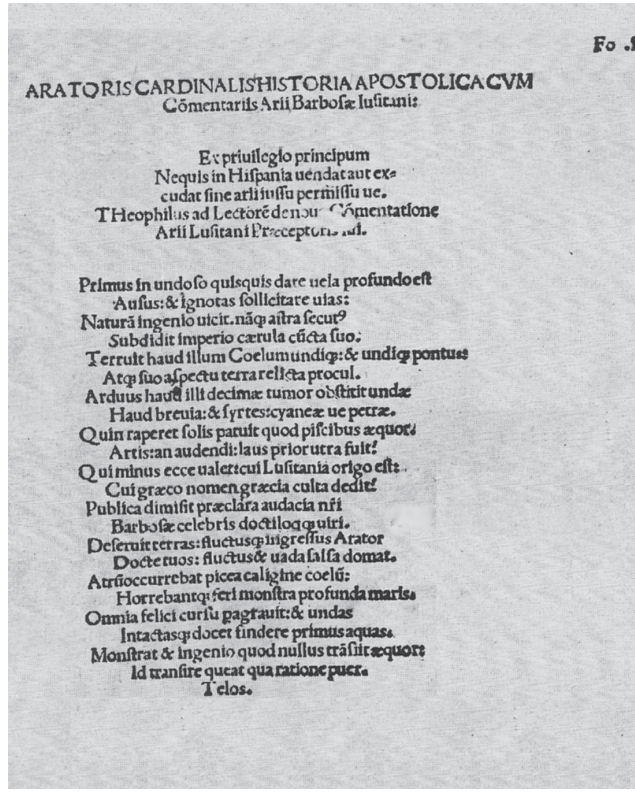
31 Importa registar que em 1512 Nebrija tinha publicado a *Psychomachia*, de Prudêncio (que constitui uma das fontes de Erasmo). Remete-se, a propósito, para José V. de Pina Martins, *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme. Exposition Bibliographique en l'Honneur de Marcel Bataillon*, Paris, Centre Culturel Portugais, Fundação Calouste Gulbenkian, 1977, p. 158.

32 Jeronimo (ou Jeroni) Pau, *Obres*, prólogo de Francisco Rico, introdução de Mariàngela Villalonga, Barcelona, Curial, 1986. *Vide*, ainda, Ángel Gomez Moreno, *op. cit*., p. 98.

33 María Dolorez de Asís, *Hernán Nuñez en la historia de los estudios clasicos*, Madrid, 1977.

34 Sebastião Pinho, "Retórica e Poética na *Epometria* de Aires Barbosa" (2004, edição ant. cit.).

tema central o poema épico do Cardeal Arator – poeta cristão que viveu no século V (antecedendo em não muitas décadas João de Scallabis, ou Biclarense, o autor do conhecido *Chronicon*) – a que deu o título de *Historia Apostolica*, com uma forte proximidade à temática dos Actos dos Apóstolos.



Fo .ij

ARATORIS CARDINALIS HISTORIA APOSTOLICA CVM
Cõmentariis Arii Barbosæ Iusitani:

Ex priuilegio principum
Nequis in Hispania uendat aut ex-
cudat sine arii iussu permissu ue.
Theophilus ad Lectorẽ de nou[illegible] Cõmentatione
Arii Lusitani Præceptoris sui.

Primus in undoso quisquis dare uela profundo est
Ausus: & ignotas sollicitare uias:
Naturã ingenio uicit. nãq; astra secut⁹
Subdidit imperio cærula cũcta suo.
Terruit haud illum Coelum undiq; & undiq; pontus
Atq; suo aspectu terra relicta procul.
Arduus haud illi decimæ tumor obstitit undæ
Haud breuia: & syrtes: cyaneæ ue petræ.
Quin raperet solis patuit quod piscibus æquor:
Artis: an audendi: laus prior utra fuit?
Quí minus ecce ualeat cui Lusitania origo est:
Cui græco nomen græcia culta dedit?
Publica dimisit præclara audacia nũi
Barbosæ celebris doctiloq; uiri.
Deseruit terras: fluctusq; ingressus Arator
Docte tuos: fluctus & uada salsa domat.
Atrũ occurrebat picea caligine cœlũ:
Horrebantq; feri monstra profunda maris.
Omnia felici cursu pagrauit: & undas
Intactasq; docet findere primus aquas.
Monstrat & ingenio quod nullus trãsiit æquor:
Id transire queat qua ratione puer.
Telos.

Edição de *Aratoris Cardinalis Historia Apostolica*, pelo humanista português Aires Barbosa (Salamanca, 1516)

Foi efectivamente em Abril de 1516 – um ano depois de ter editado em Salamanca a sua obra *Epometria* – que saiu impressa na mesma cidade a não menos conhecida obra do helenista português intitulada precisamente

*Aratoris Cardinalis Historia Apostolica cum commentariis Arii Barbosae lusitani*[35], na oficina de Ioannis Porris.

Já numa fase de maturidade intelectual o humanista aveirense continuou a sua produção editorial, dando à estampa em 1536, desta feita na cidade de Coimbra – quatro anos antes de ocorrer o seu falecimento – de uma sua outra obra bem conhecida, *Antimoria*[36].

### III-2. Dos ensinamentos do helenista português, no contexto da difusão do Humanismo na Península Ibérica

Voltemos, pois, à edição de 1516 de *Aratoris Cardinalis Historia Apostolica*..., com tão pertinentes achegas de Aires Barbosa. Aqueles comentários já foram considerados de uma riqueza inesgotável de ordem filológica, teológica e filosófica. De acordo com Pina Martins, Aires Barbosa sabe pôr ao serviço da ciência das Letras uma erudição cheia de mestria. E regista: «é menos a informação exaustiva que ele dá dos textos de Aristóteles e de Platão, que o profundo conhecimento que dá das obras

---

35 De assinalar que são praticamente coincidentes a data da impressão desta obra de Aires Barbosa, sobre o conhecido poema de Arator e o trabalho precursor – de igual modo de incidências filológicas – da fixação do texto novitestamentário, por Erasmo de Roterdão. Foi em 1516, com efeito, que foi dada à estampa a 1ª. edição do *Novum Testamentvm Graece*, em grego e em latim (tal como assinalou Pina Martins, in *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme*, Paris, 1977, p. 97, de 1516 a 1550 o nº. de edições desta obra deve ir além das 140; e de 1551 a 1599 deve ser superior a 90).

36 Veja-se *Antimoria (Contra a Loucura)*, por Aires Barbosa, seguida de alguns epigramas, tradução para a língua portuguesa de José Pereira Tavares, notas biográficas por António Gomes da Rocha Madahil (que constitui uma separata da publicação periódica *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, daquele ano). Remete-se ainda para a edição (latina) da obra *Antimoria*, por parte de José V. de Pina Martins, na sua obra *Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI. Estudo e Textos*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.

dos humanistas italianos. Tal como Erasmo, ele põe Valla e Poliziano acima de todos os outros»[37].

O que não deixava de ser acutilante já em 1977, numa das conclusões de Pina Martins é que estes comentários de Aires Barbosa era praticamente desconhecidos, sobretudo em resultado da raridade extrema do livro. Mais de trinta anos depois, tal realidade, confrangedoramente, mantém-se.

Já no próprio período quinhentista, esses comentários de Aires Barbosa – a par de outros – tinham também sido considerados como algo *indigestos*. A erudição, com efeito, apenas era tangível por parte de uma minoria de homens, porventura de alguns eleitos. Do que não restam dúvidas é que estas pesquisas do humanista aveirense em torno da aludida obra do Cardeal Arator constituem a sua incursão maior no âmbito do Helenismo.

## IV
## 1537-41: Aspectos (sumários) sobre a docência em Coimbra da língua grega no período quinhentista

Para um estudo da implantação do Grego em Portugal, quer em meios políticos e cortesãos quer em meios estudantis, importa remontar ao período que medeia entre fins do século XV e primeiro quartel do século XVI. Há que precisar, antes do mais, que já em 1523 «Aires Barbosa aparece em Portugal na qualidade de mestre da Corte»[38]. Pouco depois da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra, o ensino do Grego e a sua

---

37 José V. de Pina Martins, *op. cit*., 1977, p. 158.

38 Sebastião Pinho, "Les études de grec à l'Université de Coimbra", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XXI^e^. Colloque International d'Études Humanistes*, Paris, Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 87-109.

difusão – inclusivamente por via de textos ali impressos – continuava a ser um tema candente.

Cerca de uma década depois principiou a notabilizar-se na mesma cidade o humanista alemão Vicente Fabrício (que chegou mesmo a ser denunciado à Inquisição). Alguns investigadores da área do humanismo têm confundido, por vezes, este intelectual com um outro humanista do mesmo apelido, Arnaldo Fabrício, natural da Aquitania.

Este segundo intelectual, com efeito, só chegou à cidade do Mondego algum tempo depois, inserindo-se numa outra constelação relacional humanística, como mais adiante se vê. De uma coisa é certa. Segundo provou Costa Ramalho, «Vicente Fabrício não era parente do francês Arnaldo Fabrício », havendo tantas possibilidades de aquele ser da Alemanha como da própria Holanda[39], o que ainda se encontra por apurar.

Quanto à Universidade de Coimbra propriamente dita, importa assinalar que em 16 de Fevereiro de 1538 D. João III fazia promulgar um decreto em que proibia que a língua grega – tal como, aliás, a latina e a hebraica – fossem objecto e ensino fora dos colégios de Santa Cruz de Coimbra[40]. Só poderia ser considerada excepção, no caso de o Pe. Superior ou o Reitor daqueles Colégios autorizasse especialmente nesse mesmo sentido.

Importa precisar que, pelo menos desde meados dos anos trinta, se leccionava Grego em Santa Cruz. Desse

---

39 Américo da Costa Ramalho,"Literatura Novilatina em Portugal entre 1485 e 1537", in *Para a História do Humanismo em Portugal*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian /JNICT, 1994, pp. 144-145.

40 Mss. 74, *Santa Cruz de Coimbra* (livros), fl. 11, Arquivos Nacionais / Torre do Tombo. Assinale-se que também no mss. 8221, da BNP, está presente uma minuta do rei nesse mesmo sentido. A este respeito *vide* Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, vol. I, Coimbra, 1937, pp. 78-79.

facto deu então testemunho o humanista Clenardo, a João Vaseu (professor da mesma língua clássica na Universidade de Salamanca), numa carta que redigiu em Évora[41], depois de uma sua estadia em Coimbra onde se apercebeu dos avanços dos estudos helénicos.

Nessa epístola Clenardo indica ao seu correspondente, por sinal – em contraponto do facto de João Vaseu não dispor, em Salamanca, de muitos textos impressos em caracteres gregos – a existência em Coimbra, nas instalações do Cónegos Regrantes de Santa Cruz, utensilagens tipográficas variadas onde não existem apenas caracteres latinos mas também caracteres gregos[42]. Clenardo teve então ensejo de assistir ainda naquela cidade de doutores, à popularidade de que desfrutava o professor de Grego, o alemão Vicente Fabrício.

Importa assinalar que, neste período, Nicolau Clenardo era um helenista distinto não apenas nos meios universitários de Salamanca como nos de Coimbra. Salienta-se, aliás, que já antes de eles chegar a Salamanca, no Outono de 1531, ele, como helenista, havia desfrutado de um assinalável êxito, como professor de Grego, na cidade de Lovaina. Ali tinha feito imprimir, em fins de 1530, as obras intituladas *Institutiones Absolutussimae in Graecam Linguam* e *Praxis Seu Usus Praeceptorum Grammatices Graecae*.

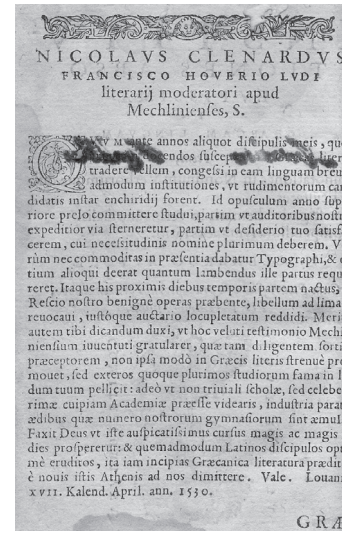
---

41 Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal. I- Clenardo e a Sociedade Portuguesa*, 4ª. edição revista, Coimbra, 1974, p. 108, n.º 2. Remete-se ainda para Américo da Costa Ramalho, "Sobre a Cultura de Camões", in *História do Humanismo em Portugal*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000, p. 137, onde regista: "A tradição de que falavam Grego alguns estudantes foi criada pelas aulas desta língua, dadas pelo alemão Vicente Fabrício, em Santa Cruz e delas faz eco Clenardo que assistiu, em 1537 a uma dessas aulas. Mas a realidade era bem mais modesta".

42 Idem, *ibidem*.

Na primeira destas obras está editada uma carta-dedicatória que aquele mestre flamengo dirigiu ao humanista Francisco Hoverio (com o qual travou, aliás, prolongada correspondência, tal como com o humanista João Vaseo). De tal modo foi um êxito este estudo de Clenardo sobre a língua grega que ele conheceu sucessivas edições, de que é testemunho a edição de Lyon, na oficina de Antonium Gryphium, em 1582, de que existe um exemplar original (com as duas partes supra-referenciadas) nas colecções do CEHLE.



NICOLAVS CLENARDVS
FRANCISCO HOVERIO LVDI
literarij moderatori apud
Mechlinienſes, S.

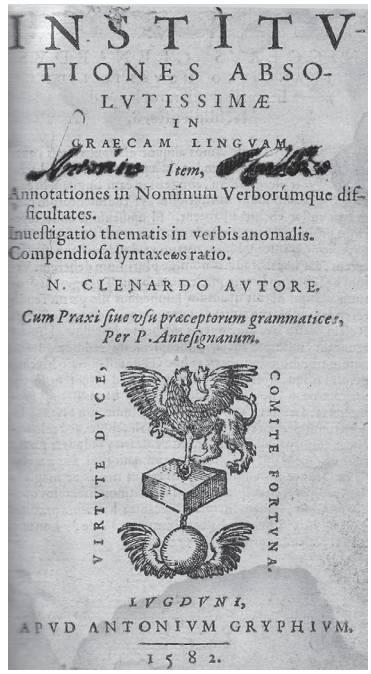
Quamuis multis ante annos aliquot diſcipulis meis, quos [illegible] docendos ſuſcepi, [illegible] literas tradere vellem, congeſsi in eam linguam breues admodum inſtitutiones, vt rudimentorum candidatis inſtar enchiridij forent. Id opuſculum anno ſuperiore preſo committere ſtudui, partim vt auditoribus noſtris expeditior via ſterneretur, partim vt deſiderio tuo ſatisfacerem, cui neceſsitudinis nomine plurimum deberem. Verùm nec commoditas in præſentia dabatur Typographi, & otium alioqui deerat quantum lubendus ille partus requireret. Itaque his proximis diebus temporis partem nactus, & Reſcio noſtro benignè operas præbente, libellum ad limam reuocaui, tuſtôque auctario locupletatum reddidi. Meritò autem tibi dicandum duxi, vt hoc veluti teſtimonio Mechlinienſium iuuentuti gratularer, quæ tam diligentem ſortita præceptorem, non ipſa modò in Græcis literis ſtrenuè promouet, ſed exteros quoque plurimos ſtudiorum fama in ludum tuum pelliçit: adeò vt non triuiali ſcholæ, ſed celeberrimæ cuipiam Academiæ præeſſe videaris, induſtria paratis ædibus quæ numero noſtrorum gymnaſiorum ſint æmulæ. Faxit Deus vt iſte auſpicatiſsimus curſus magis ac magis in dies proſpereret: & quemadmodum Latinos diſcipulos optimè eruditos, ita iam incipias Græcanica literatura præditos è nouis iſtis Athenis ad nos dimittere. Vale. Louanij, XVII. Kalend. April. ann. 1530.

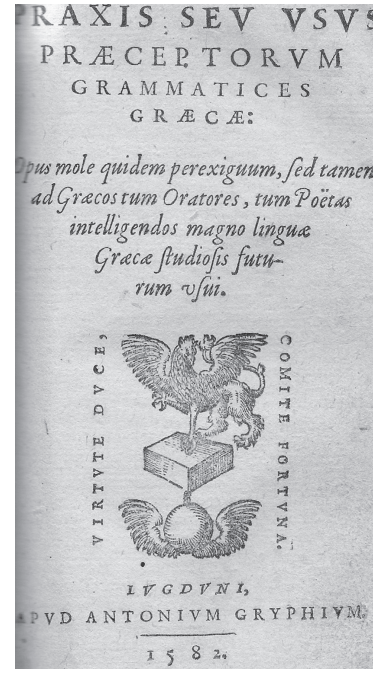
GRÆ-

Retrato do humanista Clenardo; à direita fac-símile da carta que Clenardo enviou, em Abril de 1530, ao seu correspondente Francisco Hoverio a introduzir a obra *Institutiones Absolutussimae in Graecam Linguam*

A destacar, ainda, que na correspondência que Clenardo travou com Hoverio – em particular numa carta de 3 de Outubro de 1535 – existem algumas menções, em resultado da sua deslocação posterior a Coimbra, ao trabalho do helenista Vicente Fabrício. Neste sentido, apresenta-se aqui um excerto dessa mesma epístola daquele

ano, (de cerca de sete anos depois de Aires Barbosa deixar de ser professor de Grego em Salamanca) que permite uma outra dimensão da difusão da cultura helénica na Península Ibérica naquela mesma época.


INSTITV-
TIONES ABSO-
LVTISSIMÆ
IN
GRAECAM LINGVAM,
Item,
Annotationes in Nominum Verborúmque difficultates.
Inuestigatio thematis in verbis anomalis.
Compendiosa syntaxeωs ratio.
N. CLENARDO AVTORE.
Cum Praxi siue vsu præceptorum grammatices,
Per P. Anteſignanum.
VIRTVTE DVCE,
COMITE FORTVNA.
LVGDVNI,
APVD ANTONIVM GRYPHIVM.
1582.


PRAXIS SEV VSVS
PRÆCEPTORVM
GRAMMATICES
GRÆCÆ:
Opus mole quidem perexiguum, ſed tamen
ad Græcos tum Oratores, tum Poëtas
intelligendos magno linguæ
Græcæ ſtudioſis futu-
rum vſui.
VIRTVTE DVCE,
COMITE FORTVNA.
LVGDVNI,
APVD ANTONIVM GRYPHIVM.
1582.

Frontispícios das duas obras de Clenardo (de 1530, na nova edição lionesa de 1582), *Institutiones Absolutussimae in Graecam Linguam* e *Praxis Seu Usus Praeceptorum Grammatices Graecae* (CEHLE)

## DOCUMENTO: Carta de Clenardo a Vaseu

Ioanni Vaſæo

S. P. D.

Mitto quicquid adnotaverim in Demoſtenem, non quod ſit ullo docto homine dignum, ſed quod ſubinde moleſtiam adimit, ubi forte confulendum eſſet Lexicon. Videbis quam habeam intemperantem calamum, qui quæ nihil opus ſunt, ubi incaluit, uno tenore percurrit, tum interpretandis vocibus etiam facillimis, tum in adnotandis rebus, quæ potius divinationes et ineptiæ verborum ſunt quam ſcholia. At neſcio qui factum ſit ut nihil in τὸν περὶ στεφάνου reperiam (ignoſcat ſenex periurus græciſſanti, nam ſuperioris promiſſi calamus non meminerat) neſcio, inquam, Marcus ne ſibi ſervaverit poſt abitum iſtinc meum, quod huius orationis valde eſſet ſtudioſus, an quod eam lectitaverimus poſt alias, ubi iam utcumque Demoſthenis guſtum cepiſſemus. Id Vaſæe ſcias, niſi Budæi libros præcipue commentarios evolueris, te fruſtra ſæpe ſudaturum, nec verborum proprietatem aſſequeris. Qui eam vertit, toto cælo plerumque deerrat. D. Commendatarius eam aliquando iſtic enarravit: iuvante hac in parte etiam inferiorum labor, non ſolum Profeſſores Græci Salmanticæ. Oratio longa eſt, et alias forte minore diſcipulorum tædio queas enarrare; amant enim opuſcula parva. Sed hic mirari ſubit, cum habeas Platonis in legibus quinquaginta exemplaria, cur non eum potius interpretaris, qui et facilior eſt, et iucundior, et auditorium redderet frequentius: neque enim puto illic quinquaginta eſſe Demoſthenes. Nec tamen libri magnitudine abſterreri debes, cum ſatis fuerit unum atque alterum librum exponere. Nam et Commendatarius ſolet auditorum patientiam mirari, quibus Rutgerus, ut ex me audiebat, totam uno tenore abſolveret Iliada: non etiam Ariſtophanem ſimul interpretantur univerſum. Præterea quod etiam aliquid tibi prodeſſe queat, noſtris uſibus cederet pecunia, et beneficio Rutgeri uteremur ad tempus, quam rationem ſi tu abiicis, ne quæſtui ſervire videaris, quod me tamen nunquam deterruit, modo diſcipulorum rationem haberem. Miſera enim eſſet profeſſorum conditio, ſi pari propoſito fructu te negligere debeas, aut libros docere prohibeantur non aliam ob cauſam niſi quod ſui ſint. Alioqui non dubito, quin niſi id metueres, quamprimum Platonem arriperes, fretus exemplarium numero. Sed ut cœpi ſi

iſtud metuis, habeo aliam viam quæ auditorium alat. Eſt Conimbricæ apud Luſitanos iam prælum non ſolum Latinarum, ſed etiam Græcarum literarum; vide num conſilium aliquod reperire poſſis, ut inde ſemper Græcorum librorum numerum iuſtum conſequaris: id quod facile fiat, ſi cum Vincentio Fabricio per epiſtolas aliquando confabuleris, qui illic Græce docet. Nam ſi et tu et ille ſemper aliquid diſcipulis prælegeretis, facilius illi monachi (ii enim et ſcholas et prælum inſtituerunt) ad excudendum pellicerentur. Hunc Vincentium ut noris, mitto ad te epiſtolam, quam ad me principio adventus dederat: ei cum reſpondiſſem, de homine poſtea nihil accepi, forte quod inurbanius reſcripſiſſem et ruſticius, ut non magnopere amicum Clenardum expetat, eam remittes. Quod autem ſuaſu Victoriæ poeticum aliquid tradere ſtatuiſti, non hic tecum diſceptabo, credo illum id dediſſe conſilii, ne ſenis ſcientiam ignorare videaris, qui libenter Poetas tractat. Mihi ſi obſequereris, illos in auditorium tuum non introduceres, et cum Antonio quaſi aliena lingua locutos non conareris attingere. Longe maior fructus eſt in Oratoribus et Hiſtoriographis cæterisque qui proſam ſcribunt, in quibus ubi iuventutem exercueris, et ad ſcribendas epiſtolas perduxeris (id quod ille ſenex nec fecit unquam, nec faciat) tum mihi crede, minimo negotio ſuo quisque Marte domi Homerum legerit verſione adhibita. Nam ſi poetandum eſt, ab hoc faciendum eſt principium, ut etiam vult Baſilius Magnus, in cuius ætate ſi viveremus, nemo ante Homerum legeretur omnino, credo, quod tum qui literarum ſacris initiarentur proſam quotidiana vitæ conſuetudine utcumque norant: id quod plerosque fallit, qui huius auctoritate freti ſtatim a Poetis exordiuntur. Verum, ut dixi, non reclamo, quin Victoriam audias; ego certe non fuerim facturus, niſi forte Ariſtophanis unam atque alteram Comœdiam putas, qui non minus ad proſam accedit, quam ipſe Lucianus. Comicus eſt enim, nec eum Poetam ex eorum genere duco, qui aliena lingua, ut ait Antonius, locuti ſunt. Si Livium leges, omnino trades librum primum, etiam ſi alius quiſpiam eum docuerit, tum quod apud Iuntam bibliopolam exemplaria ſint plurima tempore meo, ut ſcis, excuſa, tum vero quod nullus liber eſt elegantior. Scripſit in Livium Laurentius Valla, verum nunquam reperire potui. Quod ais ut tibi annotationes communicem in Grammaticam poeticam, notavi plurima, ſed inter ſchedas indigeſta ſunt, quemadmodum et reliqua Sibyl-

læ folia: tum demum aut in ſuum unumquodque redigam ordinem, aut comburam, ubi Deus me in Academiam aliquam hinc reduxerit, aut in patriam, quam tu iam parvi admodum videris facere, credo quod Ariſtophani ſubſcribas, πατρὶς γὰρ ἐστὶ πᾶσ' ἵν' ἄν πράττῃ τὶς εὖ. Ecce autem rurſum periurum facimus ἄφιλον φίλον; ego vero, cariſſime Vaſæe, etſi otii cupidiſſimus ſum, idque hic conſecutus ſim eiusmodi quale nunquam habui, nec ſperem inter meos, tamen neſcio quo modo ſemper patriam ſomniem: cuius quanta vis eſt, facile declarat Ulyſſes, cum Ithacam ne cum immortalitate quidem mutarit. Vere tu quidem e Cicerone didiciſti, *magnum habere dolorem ignominioſe reverti, unde honorifice diſceſſeris*. At contra tuus idem Cicero non negaret, longe præclarum magis domi cum honore vivere, quam foris. Equidem poſtquam viſum eſt mihi abire in hoc exilium, non præcidi ſpem reditus, ſed conandum eſſe credidi ut et redirem, et peregrinationis meæ fructum etiam inter meos haberem, quod omnino ſpero Deus aliquando conficiet. Quis quæſo tam miſeram ſortitus eſt patriam, in qua ſepeliri non poſtulet? Verum de hoc aliquando tecum agam, ubi quod præ manibus habes, ſucceſſerit. Puto enim tibi apertam rationem, ſi me audieris, ut et ad ſatietatam usque peregrineris, et tamen aliquando gloriæ plenus, ad tuos recurras, aut Lovanium ſaltem, etc. Monebis me proximis literis, ut de hoc tecum agam prolixius.

Sunt alia in epiſtola tua, ad quæ nihil reſpondendum duxi, tum quod nihil me commoverunt, nec agitur in eis ſalus tua, et mihi garriendi tempus non eſt, ut etiam nec facultas: mirorque plurimum, qui potuerim tam prolixas ad te de Beatrice contexere literas, quas heri dum relegere cepiſſem, nauſeabam præ tædio: miror ſi tantas nænias ad finem decurrere tibi licuerit. Et quamvis ibi nihil oratorium ſit, tamen ſerio me commovit, quod tam potuerim eſſe loquax: Tradetur hodie flammis hæc fabula cum omnibus tuis literis, quæ huius rei mentionem faciunt ne veſtigium ullum apud me triſtitiæ reſideat. Et te viciſſim per omnia ſacra neceſſitudinis noſtræ, quantum licet et fas eſt, adiuro, ut hanc quoque epiſtolam Vulcano dedices, et hac de cauſa, et etiam ne quis tam inopem ac tenuem Clenardum putet, cum multi me hic aureum arbitrentur: planeque ſum, mi Vaſæe, aureus, aurea illa mediocritate contentus. Nam inter multos nummos avaritiæ ſcopulus eſt, a quo vitio me hactenus Deus ſervavit incolumem:

beneque licet ominari in poſterum. Nam tametſi increſcant cani, nihil tamen adhuc ſolicitor de ſenectutis viatico, ſemper credo tam potentem Deum ad alendum ſenem, quam fuit in educando iuvene.

Erratum eſt in Ætio quem miſiſti: altera modo pars tibi data eſt, cum cuperemus integrum, non fragmentum. Itaque alterum tibi onus ſumas oportet. Huius Ætii fermones ſex vertit Ianus Cornarius, nempe 8, 9, 10, 11, 12, et 13. Hæc pars impreſſa eſt a Frobenio et modo ad me transmiſiſti. Poſt Cornarium Italus quidam reliquos fermones tranſtulit præteritos a Cornario, ita ut totus verſus ſit Ætius ab his duobus interpretibus, quod opus totum poſtea ſimul impreſſum eſt Venetiis. Hunc Ætium petieram aut alibi impreſſum aut Venetiis. Sic igitur faciendum; adhibe medicum quempiam, aut adibis Ioannem Auguſtinum, et hunc tutum nobis mittes Ætium lotum compactumque, ut nuper. Verum non dubito quin poſtea Frobenius etiam eos fermones impreſſerit, quos verterat Italus: quod ſi ſic eſt, eos ſeparatim ad nos compactos mittes, ut ſic totum teneamus Ætium, etiamſi in duabus partibus. Nam et Medicus malit Frobenianam literam, alioqui totum nobis emas Ætium, ſive Venetiis, ſive alibi bonis impreſſum typis. Vide quam redundem verbis, nam quod volo, vos Oratores tribus conficeretis ſyllabis.

Petrum bibliopolam ſalutabis. Literæ meæ Hebraicæ iam ferias habent, in cauſa fuit divus Thomas, et nonnunquam Arabica; præterea ubi Sanctes novus eſſe deſierit, minoris erit pretii. Salutabis et D. Iacobum et Ioannem pictorem. Vale, doctiſſime Vaſæe, et ineptias meas non explores ad amuſſim Rhetorum, ſed metiaris ex amore quo te proſequor: et cave ne poſthac me ſuſpicioſum fingas: præſtat me ſine periculo timere, quam malis tuis ingemiſcere. Eboræ die Sabbathi poſt feſtum Michaelis, non enim libet inſpicere Calendarium.

Modo et tuas et meas literas excuſſi, bene mirante Gulielmo quid rei eſſet. Omnino proximo recurſu agaſonis mittendus eſt liber, una cum epiſtola Vincentii Fabricii.

Do livro *Antiguidades Lusitânicas*, correspondência de Clenardo (edição incompleta, preparada por Joaquim de Vasconcelos, sem frontispício, s/d. e sem as notas finais. Apresentando-se aí como primeira carta datada com exactidão, a daquele humanista a Hoverio de 21-10-1530, não é considerada a que atrás editamos, enviada ao mesmo Hoverio em Abril de 1530)

## IV-1. Algumas medidas tomadas por D. João III no tocante ao ensino do Grego na Universidade: o papel do humanista Vicente Fabrício

O ano de 1537 afigura-se, assim, como uma data-charneira para o progresso dos estudos do Grego em Coimbra. Em 10 de Abril desse ano, por um diploma de D. João III, é criada a cadeira de Grego na universidade conimbricense. A esse facto se reporta, inequivocamente, o *Catálogo Original dos Reitores*, uma compilação de Figueiroa, bem conhecido reformador da instituição. Deste modo pode-se sintetizar todo esse processo da seguinte forma: enquanto até aí o Grego foram ensinado naquela cidade no Colégio de Santa Cruz, a partir de então passou a ser leccionada na *Alma Mater* conimbricense[43].

De 7 de Setembro de 1541, subsiste um documento que regista que o cargo de lente de Grego, a partir de 1 de Outubro seguinte, passaria a render naquela instituição, ao humanista *alemão* Vicente Fabrício[44], a verba de «sessenta mil réis»[45].

Deste professor sabe-se ainda que D. João III, alguns anos depois, mais precisamente em 20 de Setembro de 1546, o veio a honrar com a distinção de «lente perpétuo de Grego»[46].

---

43 Francisco Carneiro de Figueiroa, *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra (1771)*, Coimbra, reimpressão Por Ordem da Universidade, 1972, p. 43; e Sebastião Pinho, *op. cit.* (1984).

44 Sebastião Pinho, nos começos do seu estudo "Humanismo e Helenismo..." (1984, edição ant. cit., pelo menos, em mais duas passagens) apresenta-o como "mestre alemão... vindo de Paris".

45 Livro de *receita e despeza das rendas da Universidade por Manuel Leitão*, fl. 112, documento transcrito por Mário Brandão, *op. cit.*, vol. II, pp. 53-54.

46 Arquivo da Universidade de Coimbra, *Documentos de D. João III*, fl. 145 vº. *Vide* Mário Brandão, *op. cit.*, vol. III, p. 34.

## IV-2. A entrada em actividade em Coimbra do helenista francês Arnaldo Fabrício

É pouco depois de meados da década de quarenta que entra em Coimbra, proveniente de França, esse outro novel helenista, de nome Arnaldo Fabrício. Tratava-se de um intelectual francês, que segundo Costa Ramalho nasceu em Bazas (ou Bazadais), na Aquitânia[47], mais precisamente na província de Gironda, a sudeste de Bordéus.

Primeiramente ele tinha sido docente no Colégio de Guyenne, em Bordéus, ao tempo do «principal» André de Gouveia. D. João III, ciente do seu valor no âmbito dos estudos clássicos – no período anterior à fundação em Coimbra do Colégio das Artes – endereçou-lhe um convite para vir leccionar para esta universidade.

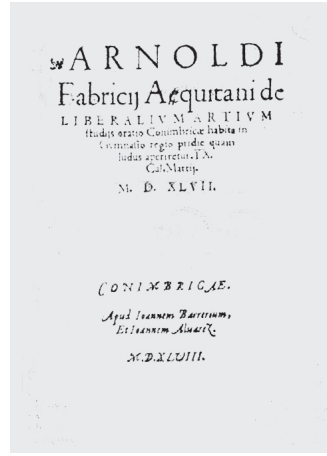
Não deixa de ser pertinente assinalar-se que tenha recaído, sobre Arnaldo Fabrício, a escolha para pronunciar, naquele Colégio das Artes, quando da sua inauguração, em 21 de Fevereiro de 1548, uma notória oração de sapiência sobre as virtudes de quem cultiva(va) as Belas-Letras[48].

---

47 Nos primeiros dias de Abril de 2002, a caminho de Paris, localizámos esta povoação de Bazas, a sudeste de Bordéus, onde pretendemos levar por diante um curto programa de pesquisa acerca deste humanista Arnaldo Fabrício. Era já então nosso intuito realizarmos uma edição em fac-símile da obra latina deste intelectual resultado da sua oração no Colégio das Artes em 1548. Esse projecto mantém-se intacto no nosso espírito.

48 Este intelectual irmanou, nessas funções, com outros destacados humanistas da época ali presentes, o que justifica a designação latina *Orationes Arnoldi Fabricii, Melchioris Beleago, Andrea Resendi, Hilarii Moreirae, Quatro Orações Latinas proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*, publicação e prefácio de Luís de Matos, Por Ordem da Universidade de Coimbra, "Universitatis Conimbrigensis Studia ac Regesta", 1937. – Nestas orações ainda se reflecte, aliás, a vincada influência humanística de Erasmo. O seu desaparecimento físico ainda era bem recente, pois havia falecido em Basileia, em 1536.

É hoje bem conhecida, com efeito, a obra resultante dessa *oratio*. Trata-se de *Arnoldi Fabricii Aquitani de Liberalium Artium Studiis Oratio Conimbricae habita in Gymnasio Regio*, que saiu impressa na oficina da Universidade de Coimbra, em 1548, sob os cuidados dos impressores João da Barreira e João Álvares[49]. Aí ele referiu, com efeito, de que apenas as Belas-Letras podem conferir a imortalidade aos humanos.


ARNOLDI
Fabricij Aquitani de
LIBERALIVM ARTIVM
studijs oratio Conimbricae habita in
Gymnasio regio pridie quam
ludus aperiretur. IX.
Cal. Martij.
M. D. XLVII.

CONIMBRICAE.
Apud Ioannem Barrerium,
Et Ioannem Aluarij.
M.D.XLVIII.

Frontispício da edição com a *Oratio*, de Arnaldo Fabrício, ocorrida em Coimbra, na oficina de J. Álvares e J. da Barreira, em 1548

A presença de Arnaldo Fabrício em Coimbra não seria, depois dessa data, muito mais prolongada. Sabe-se que, pouco depois da morte de André de Gouveia, em 9 de Junho desse mesmo ano de 1548, ele foi colocado – um tanto a contra-gosto próprio – no Colégio das Artes, em 1551. Algum tempo depois, segundo assinalou

[49] Podem-se encontrar, pelo menos, três exemplares desta obra: um na Biblioteca Nacional de Portugal (truncado); e, ainda, segundo A. J. Anselmo, um nos Arquivos Nacionais e um outro na Biblioteca Pública Municipal do Porto. – Remete-se ainda para a tradução e comentários desta obra por Maria José de Freitas (dissertação de licenciatura apresentada à Universidade de Coimbra em 1959).

Costa Ramalho, terá deixado a cidade presumivelmente em direcção à sua Aquitania natal. Aí terá continuado, no entanto, a desenvolver a sua obra, até a morte o surpreender[50].

### IV-3. Ainda o biénio de 1548-1549 e a ampla difusão tipográfica da cultura e do pensamento helénicos na universidade e no país

É um facto que esse biénio de 1548-1549 foi, para a Universidade de Coimbra e para o país – até em resultado dos mestres de elevada reputação internacional que nesse período se encontravam ao serviço daquela instituição – uma época deveras propícia à difusão da cultura e do pensamento helénicos.

Arnaldo Fabrício, com a referida *Oratio* de sapiência que então proferiu no início das actividades do Colégio das Artes[51], é um testemunho vivo desse registo da entrada de novas ideias. Aborda então, a dado passo da sua alocução, a importância da Música e da Geometria.

Quanto à Música, Arnaldo Fabrício – numa lição em alude à sua larga utilidade – refere-se ao facto de que foi tida em grande veneração pelos Gregos. Em tempos arcaicos, com efeito, os músicos eram considerados a par com os poetas e os sábios.

---

50 Mais de três décadas depois de este humanista ter abandonado Coimbra, dele ainda foi editada, em La Rochelle, em 1571, a obra *Arnoldi Fabricii... Epistolae aliquot.*

51 Existem exemplares desta edição conimbricense de 1548 na Biblioteca Nacional de Portugal; nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo; bem como na Biblioteca Municipal do Porto. Existem de igual modo, em cópia manuscrita, exemplares na Biblioteca Geral da universidade de Coimbra e na Biblioteca Pública de Évora. Acerca da edição deste texto de Arnaldo Fabrício veja-se, ainda, Mário Brandão, "Uma Oração Académica do Renascimento", revista *Biblos*, Universidade de Coimbra, 1925. Luís de Matos (1937) sublinha que, nesta edição, não deixam de se antepor ao leitor "algumas omissões e trocas de vocábulos".

Abordando, por outro lado, a utilidade prática da Geometria, aquele mestre de Grego salienta a sua pertinente aplicabilidade a outras disciplinas. Põe assim em evidência, a dado passo, o auxílio que traz à navegação[52].

Recorda, para o efeito, os novos mundos recentemente descobertos pelos portugueses, na dilatação do império lusíada:

> *Sine quo quis unquam tot, tantisque periculis se committere ausus fuisset, quanta, Viri Lusitani,majores vestri in terrarum occultarum, ac Geographis ipsis olim ignotarum lustratione ante subierunt vobisque ipsis pariter in eandem pervestigationem incumbentibus hodie sunt subeunda?*

Outro *topos* desassombradamente abordado por Arnaldo Fabrício nesta oração universitária é o da dicotomia das artes e das letras. Aí põe em relevo que não se deve crer que as letras valham menos que as armas, ou que estas pudessem efeminar os espíritos, produzindo alguma incapacidade para as *empresas* militares. Tantos os gregos como os Romanos, salientou na oportunidade o helenista de Bazas, souberam magistralmente contrariar essa falsa opinião[53].

Ilustra veemente esta parte substancial deste seu discurso latino – realçando que quer os *leaders* militares gregos como os romanos foram profundos conhecedores das letras – nestes termos:

> *Occurit hoc loco quorundam opinio, qui juvenum animos effeminari, tímidos, minusque ad res bellicas idoneos fieri litterarum studio existimabant: quam*

---

52 Luís de Matos, *Quatro Orações Latina* (incluindo a de A. Fabrício)..., edição ant. cit., Coimbra, 1937, p. XVIII.

53 Luís de Matos, *op. cit*., p. XX.

*pluribus verbis confutarem, nisi cum per se satis esset infirma, tum Graecorum, atque romanorum, qui orbem terrarum armis subegerunt, exemplo convulsa jaceret: apud quos quicumque extiterunt belli gloria duces maximi, idem litterarum peritissime fuere*.

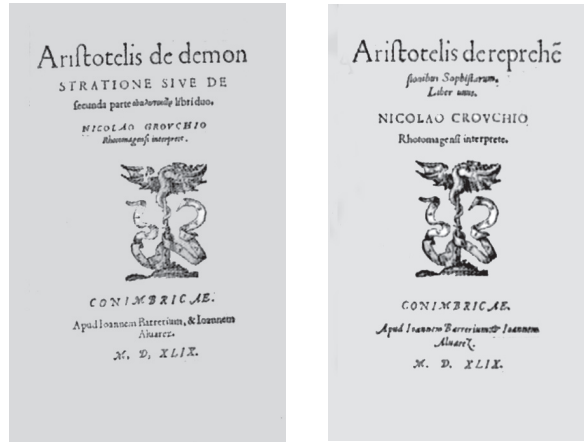
Neste biénio de 1548-1549, como dizíamos atrás, a difusão da cultura do pensamento e da cultura e do pensamento gregos, quer por via dos helenistas Arnaldo Fabrício e Vicente Fabrício, estavam a conhecer, assim, uma significativa renovação em meios universitários portugueses (cerca de uma década depois da transferência da universidade de Lisboa para Coimbra sob o impulso de D. João III).

Fique bem claro que nesta acção da renovação do pensamento helénico na Universidade de Coimbra, nem só os dois Fabrícios devem ser perspectivados como casos à parte. Poder-se-á assinalar, entre vários outros mestres conimbricenses, o papel interventivo neste mesmo período de 1548, de Belchior Meliago[54], que ainda no Colégio das Artes pronunciou a *De disciplinarum omnium studiis oratio* (impressa na mesma oficina tipográfica académica), onde também a cultura helénica está, uma vez mais, presente.

Aliás poder-se-á relevar, aqui, uma característica *sui generis* desta acção helenizante de Meliago. Tratou-se do empreendimento, de não pequena monta, da edição, poucos meses depois, em Coimbra, na mesma oficina tipográfica, de duas versões de textos de Aristóteles por Nicolau Grouchio, um outro francês, tal como Arnaldo Fabrício, só que, desta feita, natural de Ruão. Falamos dos dois tratados *De Demonstratione siue. De secunda*

[54] Encontrando-se já bem estudado o papel e a acção deste humanista na Universidade de Coimbra, bem como a sua produção intelectual, registe-se que o seu labor se prolongou até praticamente à sua morte, em 1579.

*parte Analitikum libri duo*, com os *Topica*, daquele filósofo ateniense (João da Barreira e João Álvares, 1549); bem como do *De reprehensionibus sophistarum liber unus* (na mesma oficina e desse ano).




Frontispícios das duas obras de Aristóteles
*De Demonstratione siue. De secunda parte Analitikum libri duo*, com os *Topica*
e *De reprehensionibus sophistarum liber unus*

No frontispício da primeira daquelas edições não está a menção do papel de Belchior Meliago nesta acção editorial específica. No interior da segunda, por exemplo, está sobejamente documentada tal intervenção pela forma explícita como os dois tipógrafos conimbricenses aludiram a esse facto: "excussum fuit hoc Melchioris Beleago diligentia"[55].

Esta acção de difusão do pensamento de Aristóteles antecede, estamos em crer, em cerca de duas décadas,

55 Remete-se para o *Catálogo dos Impressos da Tipografia Portuguesa do Século XVI. A Colecção da Biblioteca Nacional*, por Maria Alzira Proença Simões, Lisboa, BNP, 1990, p. 130, nº. 253; e *Tipografia Portuguesa do Século XVI nas Colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*, por J. Meirinhos *et alii* (Porto, BPMP, 1996), p. 66, n.os 17 e 18.

a tentativa de difusão (também pelo impresso?, não o sabemos, na medida em que só temos conhecimento da cópia manuscrita) de outros textos do Estagirita, como a *Metaphysica*, por parte do jesuíta e humanista português Fernando Rebelo (natural ou de Prado, tal como seu irmão João Rebelo[56], na diocese de Lamego, ou de Caria, tendo vindo ao mundo em 1546).

Na Biblioteca Bodleiana, de Oxford, existe, com efeito, um manuscrito latino, em duas partes, com igual número de tratados de Aristóteles. Na primeira parte encontra-se, com efeito, *Commentarii a sapientíssimo magistro Ferdinando Rabelo ex societate Iesu in libros Methaphysicorum*. Este texto tem a particularidade de apresentar, no final, a data em que este original – ou eventualmnte uma cópia – terá sido produzido, ou seja, "Finis impossitus 10 die Julhi anno 1571"[57].

Na segunda parte deste manuscrito apresenta-se, por seu lado, *Commentarii in decem libri Ethicorum Aristotelis Stageritae inchoati pridie callendas Iuniy*.

Sabe-se, hoje, que estas duas versões aristotélicas de Fernando Rebelo foram realizadas cerca de nove anos depois de esse jesuíta ter ingressado no Colégio de S. Roque da Companhia de Jesus, em Lisboa, em 1562 e já depois de ter dado entrada (em Outubro do mesmo ano) em funções, como docente, na Universidade de Évora.

---

56 Este João Rebelo não deve, porém, ser confundido com João Lourenço Rebelo (1610-1661), autor da *Lauda Jerusalem*. Trata-se da obra de música sacra - tomando por base o Salmo 147 (que, como os restantes Salmos e outros textos veterotestamentários foi difundido durante séculos em língua grega) – objecto de divulgação em 2006 no repertório do agrupamento de Música antiga, Huelgas Ensemble dirigido por Paul van Nevel, em particular numa antologia sob o título *Les Sommets de la Polyphonie*.

57 Jorge Peixoto, "Manuscritos portugueses ou de interesse para Portugal na Bodleian Library de Ozxford", in *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, Ano VI, Coimbra, Junho de 1960, p. 60.

Entretanto ainda em 1547, mais precisamente em 11 de Janeiro, D. João III havia determinado que António Luís, «físico-mor na cidade de Lisboa», passasse a ler, naquela mesma universidade, «uma cadeira de Grego, por tempo de um ano». Nos termos do diploma, deveriam ser lidas duas lições cada dia, uma de Aristóteles e outra de Galeno, uma pela manhã e outra à tarde»[58]. E duas semanas depois, em 24 de Janeiro, D. João III fixava, por alvará, o vencimento do referido docente[59].

Para além de aspectos de docência propriamente ditos, a imprensa da Universidade de Coimbra[60] dava testemunho neste mesmo período, de igual modo, da difusão da cultura grega. Pela mão do lente Diogo de Contreiras – classicista de créditos firmados e contemporâneo de André de Resende (vindo este último, pouco depois, a ser mestre ocasional no colégio das Artes daquela instituição, onde proferiu a já referida oração[61]) – foi dada à estampa, em 1551, acompanhada de criteriosos comentários, a *Dialectica*, na versão do humanista bizantino Trapezúncio.

### IV-4. A relação encomiástica de alguns classicistas com a figura régia joanina: o papel da dedicatória

Aludiu-se, atrás, que quer enquanto príncipe, quer já como D. João III, este nunca chegou a dominar, com rigor,

---

58 Arquivo da Universidade, *Documentos de D. João III*, fl. 98 vº., documento transcrito por Mário Brandão, *op. cit*., vol. III, p. 81.

59 *Documentos*..., fl. 98 vº. Mário Brandão, *op. cit*., vol. III, p. 82.

60 Mário Brandão editou (in *op. cit.*, vol. III, p. 141), o contrato da Universidade de Coimbra com os dois impressores, João da Barreira e João Álvares, firmado em 1548. Estes passaram a desenvolver ali a sua actividade, com particular proveito para a difusão do pensamento humanístico.

61 *Algumas Obras de André de Resende, vol. II (1529-1551)*, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE, 2009, direcção de Manuel Cadafaz de Matos. Na parte final deste volume é publicado, com efeito, um estudo sobre as relações humanísticas entre Diogo Contreiras e André de Resende.

nem o Latim nem o Grego. Tal não invalida, no entanto, que ele desconhecesse em absoluto as regras e os elementos de base dessas duas línguas.

Fosse como fosse, ele não deixou de ser um notório incentivador das artes do Livro. Cientes dessa situação e do seu amor às letras e aos letrados, alguns eruditos[62] chegaram, nesse período de governação – por vezes até em procura de mecenato – a dedicar algumas das suas obras ao monarca. Foi o que sucedeu com a dedicatória de *Historia de la iglesia que llaman ecclesiastica*, Lisboa, 1541 e *Libro llamado de privados e doctrina de cortesanos*, do castelhano António de Guevara. Foi ainda o caso do *Enchiridion*, do dominicano Frei Diogo de Ximenes, obra que foi impressa em 1552 e cujo título, tal como o nome indica, é de origem helénica[63].



O humanista Erasmo de Roterdão
(falecido em 1536)

62 Nas relações deste monarca com alguns dos mais distintos intelectuais portugueses da época, Camilo sublinha o facto de lhe terem escrito "congratulações, epitáfios e cartas", entre outros, Sá de Miranda, Gil Vicente, Andrade de Caminha e António Ferreira (*op. cit.*, p. 77).

63 Estes exemplos de obras dedicadas a D. João III colhemo-los, de igual modo, do referido texto de Camilo Castelo Branco, publicada sucessivamente em 1882, 1920 e 1993 (entre várias outras edições).

Nessa dedicatória – de vincado sabor erasmiano – aquele religioso da Ordem de S. Domingos deixa patente o facto de D. João III favorecer os que cultivam as letras:

> *Quem há aí que lhe não conheça a humanidade e mansidão como de homem de povo e autoridade mais que de rei? Aquele propiciar a todos e não impecer a ninguém! Aquilo é que é ser príncipe às direitas! A clemência que, mais que tudo, faz amados os príncipes. Ouvidos, bolsa e entranhas tão abertos às misérias alheias! Zelo tão incendidado na honra de Deus e divino culto!... Reformação de costumes no secular e eclesiástico do reino! Aquela sua paz tão armada, e armas tão pacíficas quando não são precisas! Aquela concórdia e lealdade de matrimónio!* Amor às letras e favor aos que as cultivam!... *O príncipe nascido para Deus e homens e digno de nunca morrer!*[64]

Neste aspecto particular da história do Livro e da Edição, ao longo do século XVI, importa ter uma particular atenção ao papel da dedicatória, quer no plano do livro quer de outras tipologias e escritos como objecto impresso. A figura do Rei e da Rainha – e, numa menor escala, outras figuras gradas da Corte – transferem-se regularmente para o patamar da dedicatória do livro e demais escritos. Trata-se, ao fim e ao cabo, através de uma via encomiástica, de um determinado autor obter benesses de vária ordem quando não, mesmo, o interesse material em que lhe custeiem os encargos da edição.

---

64 Esta passagem foi também relevada por Camilo Castelo Branco no seu texto apresentado em *Narcóticos*. Destacados nossos.

## V

## 1688 : O Marquês de Alegrete, D. Manuel Telles da Silva (perspectivado no 3º. centenário da sua morte) e a correspondência com D. Manuel Caetano de Sousa

Avançando-se no tempo, em fins do século XVII há ainda conhecidos testemunhos do interesse pela cultura helénica e neo-helénica em Portugal. Debrucemo-nos, assim, sobre a correspondência trocada entre D. Manuel Telles da Silva (13-2-1641 / 12-9-1709), Marquês de Alegrete e o teatino D. Manuel Caetano de Sousa e vice-versa, interessando aqui, mais em particular, uma carta específica do segundo para o primeiro, a anteceder a publicação, por este, da sua obra *De Rebus Gestis Joannis II. Lusitanorum Regis*, em Lisboa, em 1689.

Decorre em 2009, com efeito, o terceiro centenário da morte do Marquês de Alegrete. Como é sabido, ele era detentor de sólida cultura. Esse facto é testemunhado, até, pela bem apetrechada biblioteca que detinha[65].

### V-1. Alguns passos deste erudito, no texto da biografia de D. João II, no âmbito da cultura e do pensamento helénico

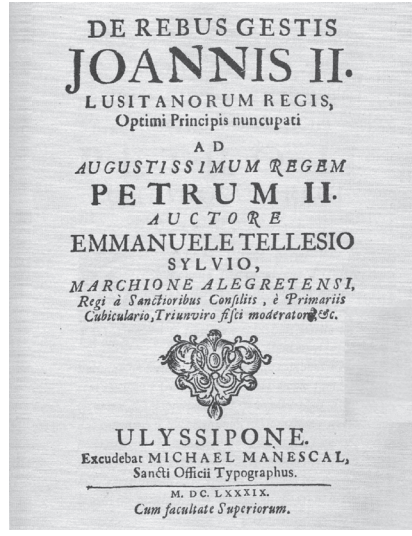
D. Manuel Telles da Silva, Marquês de Alegrete denuncia, em vários passos do texto daquela sua obra latina[66], como a cultura e o pensamento helénicos lhe eram de alguma forma também caros.

---

[65] Um número muito restrito dessas obras, por sinal, pudemos vir a adquiri-las para a biblioteca do CEHLE, após transacção das mesmas por um conhecido livreiro da capital.

[66] *Vida e Feitos de D. João II*, de D. Manuel Telles da Silva, com 1ª. edição em Lisboa, na oficina de Miguel Manescal da Costa em 1689, nova edição, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998 em versão portuguesa do Dr. Miguel Pinto de Meneses.

Veja-se, um exemplo. Na primeira parte da obra, onde se alude ao malogrado Infante D. Afonso e à sua morte prematura, aquele intelectual-aristocrata regista, assim, que «em certo autor daquele tempo lê-se que o pai, seguindo a sentença de Platão, recomendou para Afonso sobretudo o estudo da Filosofia; porém, a sua morte prematura não deixou se soubesse pela experiência quanto aquela ciência teria aproveitado a Afonso no governo da nação»[67].


DE REBUS GESTIS
JOANNIS II.
LUSITANORUM REGIS,
Optimi Principis nuncupati
AD
AUGUSTISSIMUM REGEM
PETRUM II.
AUCTORE
EMMANUELE TELLESIO
SYLVIO,
MARCHIONE ALEGRETENSI,
Regi à Sanctioribus Consiliis, è Primariis
Cubiculario, Triumviro fisci moderatore &c.
ULYSSIPONE.
Excudebat MICHAEL MANESCAL,
Sancti Officii Typographus.
M. DC. LXXXIX.
Cum facultate Superiorum.

Frontispício da obra *De Rebus Gestis Joannis II. Lusitanorum Regis*, impressa em Lisboa, em 1689 (colº. do CEHLE)

## V-2. Uma carta de D. Manuel Caetano de Sousa (Tucídides e Trapezúncio, vistos como modelos)

Na correspondência recebida por D. Manuel Telles da Silva e do seu espólio, retemos uma carta que lhe foi remetida, em 30 de Setembro de 1688 – precisamente uns

[67] D. Manuel Telles da Silva, *Vida e Feitos de D. João II*, nova edição ant. cit., p. 87.

meses antes de ser impressa por aquele nobre a sua biografia de D. João II que está na base desta epístola) – por parte de D. Manuel Caetano de Sousa, clérigo regular e lente de Teologia. Este historiador e erudito, bem conhecedor da apetência cultural daquele aristocrata, recheou aquela sua epístola de uma pesada retórica de feição helénica e latina[68].

Refere primeiramente D. Manuel Caetano de Sousa que o seu correspondente lhe remetera há pouco, para leitura, o seu livro sobre D. João II (tudo indica que ainda em fase de manuscrito em versão final). Sobre a figura e acção daquele monarca português quatrocentista, o Príncipe Perfeito, o interlocutor e amigo do Marquês salienta que ele igualou Xenofonte «na felicidade de escolha que lhe realça Dinis de Halicarnasso». E acrescenta: «No entanto, tu venceste Xenofonte, na fidelidade histórica que Cícero lhe recusa»[69].

O autor da epístola, mais adiante, quanto se pronuncia acerca do contexto histórico e a fidelidade das datas, regista: «na observância da ordem cronológica és tão zeloso, que superas a diligência de Tucídedes e Veleio, que neste aspecto foram, como se sabe, em extremo cuidadosos».

Aborda, logo de seguida, mestres de incontornável valia – vivendo embora em períodos bem distintos como é sabido – quer o historiador Políbio (considerado a par de Cícero), quer o retórico tardo-medieval e pré-renascentista bizantino Trapezúncio. E explicita: «Não só

---

68 De salientar, de igual modo, que essa epístola, nesta sua nova edição, se encontra in pp. 41-53. O latinista Dr. Miguel Pinto de Meneses, quando traduziu aquela obra e teve ensejo de se pronunciar, na sua nota de introdução, acerca desta carta, escreveu que ela é "um monumento de cultura clássica e um modelo de apologética literária, dos mais perfeitos que até hoje me foi dado ler" (p. 10).

69 D. Manuel Telles da Silva, *Vida e Feitos de D. João II*, nova edição ant. cit. (1998), p. 43.

expões (como preceituaram com Cícero e Políbio todos os mestres) os desenlaces e consequências dos factos, mas também algumas vezes fazê-lo em poucas palavras, como Trapezúncio ensinou que se devia fazer»[70].

Ainda acerca do modo de escrever a história, D. Manuel Caetano de Sousa alude, mais adiante, aos aspectos da *conveniência* no discurso do seu amigo e interlocutor, chamando à colacção quer Luciano quer (e uma vez mais) Dinis de Halicarnasso. Salienta, a propósito: «No tocante à conveniência, cuja função é, como quer Luciano, acomodar a linguagem de cada um à sua pessoa em razão da naturalidade, família, idade, pensar, fortuna e cultura, foste tão cuidadoso, que, mesmo que te faltassem outros méritos de historiador, este só da conveniência, que, no entender de Dinis de Halicarnasso, é a *princesa das virtudes*, bastaria para com razão seres chamado príncipe dos historiadores»[71].

### V-3. Algumas reflexões ainda sobre a língua grega (a partir de considerações de Plínio o Velho)

D. Manuel Caetano de Sousa, na sua retórica de pendor helenizante, transmite ainda outros encómios ao seu correspondente. Detém-se, agora, sobre algumas das virtudes da língua grega, em particular sobre a mestria de Árrio Antonino.

Ele regista, com efeito, na sua douta exposição – e seguindo a Plínio o Velho – que «alguns invejam os latinos por teres preferido escrever [esta biografia de D. João II] na língua deles, tal como Plínio disse [a Árrio Antonino] que invejava os gregos [por ele escrever na língua deles]»[72].

---

70 Idem, *ibidem*, pp. 43-44.
71 Idem, *ibidem*, p. 48.
72 Idem, *ibidem*, p. 47.

## VI
## 1759 : Caracteres tipográficos gregos enviados de Coimbra por Manuel Pereira da Silva, do Colégio de S. Paulo, para D. Tomás de Almeida, Director dos Estudos do Reino

Dispomos, ainda, de dois outros documentos, de particular interesse, para o estudo dos caracteres gregos em circulação no Reino de Portugal no século XVIII. Trata-se de duas cartas, firmadas por Manuel Pereira da Silva, «Lente de Código, desembargador da Relação do Porto, docente no Colégio Real de São Paulo da Universidade de Coimbra. Estas cartas foram enviadas a D. Tomás de Almeida, designado como «Principal Primário da Santa Igreja de Lisboa e Director Geral dos Estudos neste Reino», respectivamente com as datas de 5 de Novembro e 12 do mesmo mês, de 1759[73]. Destas reproduzem-se aqui, apenas, as partes referentes à matéria dos caracteres gregos objecto de apreciação nesta secção do nosso estudo.

Quanto a caracteres gregos em utilização no Reino de Portugal na *era do impresso*, em tempos anteriores, é por demais evidente que, desde o período quinhentista que eles eram conhecidos entre nós (cremos que, primeiramente, em resultado de importação dos mesmos de França). Tivemos ensejo de registar já, por outro lado, que André de Resende em Lisboa, em Outubro de 1534, na imprensa de Germão Galharde[74] – quando não dispunha ainda de caracteres tipográficos na língua grega – optou por inserir à mão, da sua própria grafia, supomos, esses mesmos caracteres nas folhas impressas da *Oratio pro*

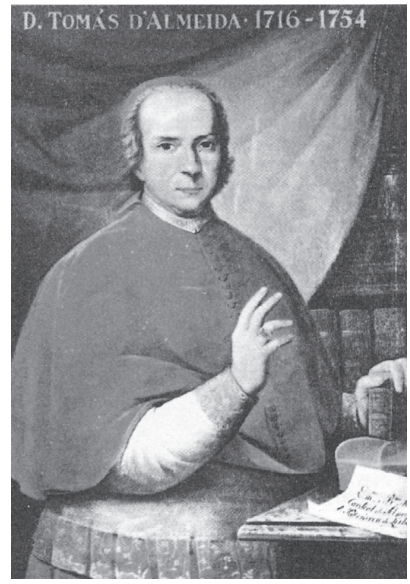
---

[73] Estas cartas encontram-se sumariadas no *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra relativos à Antiguidade Clássica*, por Américo da Costa Ramalho e João de Castro Nunes, Coimbra, 1945, pp. 79-80.

[74] Conforme observámos atrás, nesse mesmo período, na oficina tipográfica existente em Santa Cruz de Coimbra, tinha estado activos os prelos, onde os conjuntos de caracteres gregos eram uma realidade.

*Rostris*, então saídas daquela oficina, ou seja, no texto da oração que então proferiu na universidade olsisiponense[75].

Mas voltemos às referidas epístolas de 1759. O seu destinatário, D. Tomás de Almeida (nascido em 1670 em Lisboa e sendo, aliás, uma figura bem conhecida dos historiadores setecentistas) recorde-se que fora designado por D. João V, em 4 de Dezembro de 1716, para Patriarca de Lisboa[76]. Veio a ser nomeado Cardeal, por Clemente XII, apenas duas décadas depois, mais precisamente em 1737.




Retrato de D. Tomás de Almeida,
nomeado Director dos Estudos do Reino

---

[75] *Vide*, a propósito, o nosso estudo dessa edição quinhentista (bem como os comentários de Artur Moreira de Sá), na edição de *Algumas Obras de André de Resende*, vol. I, *1531-1551*, Lisboa, Centro de Estudos de História do Livro e da Edição – CEHLE / Câmara Municipal de Évora, 2000, pp. 71-132 e pp. 134-167 (fixação do texto latino e respectiva tradução pelo Dr. Miguel Pinto de Meneses).

[76] Assinale-se que o Papa Clemente XI tinha concedido o título de Igreja Patriarcal à Capela da Colegiada de S. Tomé, nos Paços da Ribeira.

As duas cartas de Manuel Pereira da Silva a ele destinadas, de que vamos tratar aqui, são de um período bastante posterior, ou seja, de 1759, como já referimos e quando ele contava já uma significativa idade. Esse foi o ano – no mês de Setembro – em que o nomearam Director dos Estudos do Reino, num período em que se publicaram «as primeiras directrizes do ensino secundário»[77].

Foi nesta data – mais precisamente dois meses após a nomeação para este (último) cargo – que Manuel Pereira da Silva, do Colégio de São Paulo de Coimbra, se lhe dirigiu pelas suas duas epístolas de 5 e 12 de Novembro, em resposta a duas outras que recebera daquela alta entidade.

Detenhamo-nos, pois, no teor dessas cartas (já objecto de estudo anterior em uma dissertação de licenciatura apresentada à Faculdade de Letras daquela Universidade[78]), retendo-se, em particular, aspectos relacionados com a língua e os caracteres tipográficos gregos.

Na primeira daquelas epístolas, o seu autor regista, a dado passo, ter sido incumbido de enviar a D. Tomás de Almeida, homem de vasta cultura[79], alguns conjuntos de caracteres gregos, que supostamente se encontravam nas

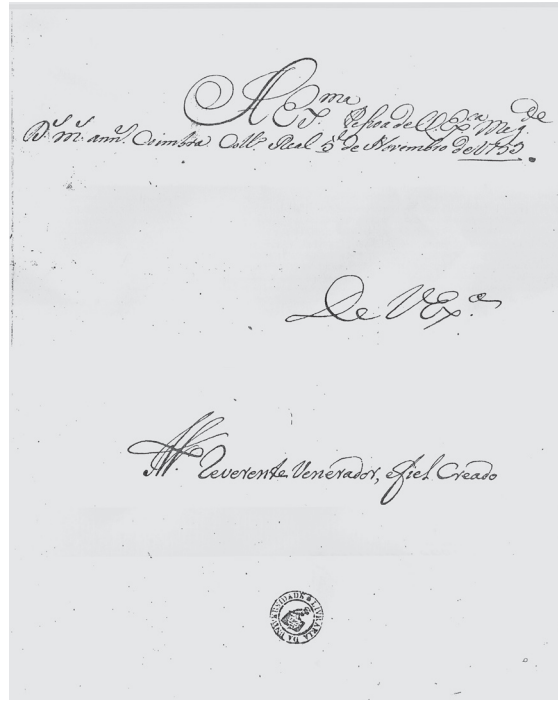
---

77 J. A. de Sousa, "D. Tomás de Almeida", *EL-BC*, t. 1, cols. 1394-1395.

78 Remete-se para Maria Cândida Moura F. Ribeiro Gonçalves, *O Colégio das Artes e a reforma das escolas Menores (1759-1820)*, em particular o Apêndice Documental, onde foram primeiramente divulgadas as duas «Cartas de Manuel Pereira da Silva para D. Tomás de Almeida (Mss. 1338 da B.G.U.C., fls. 1-5 vº.), Universidade de Coimbra, 1972, policopiada. – Agradecemos ao director daquela Biblioteca e, em particular, a bibliotecária Dra. Isabel Ramires, o ter-nos feito chegar uma cópia quer do manuscrito atrás referenciado, quer do texto do aludido Apêndice Documental da referida dissertação universitária, por ofício de 22 de Março de 2007.

79 Ao que estabelece J. A. de Sousa (*op. cit.*), os relatórios firmados por D. Tomás de Almeida, nas suas múltiplas funções públicas, "revelam a sua plena integração no movimento cultural europeu" da época".

dependências daquele colégio conimbricense e se tornava imperioso que se fizessem seguir para Lisboa.



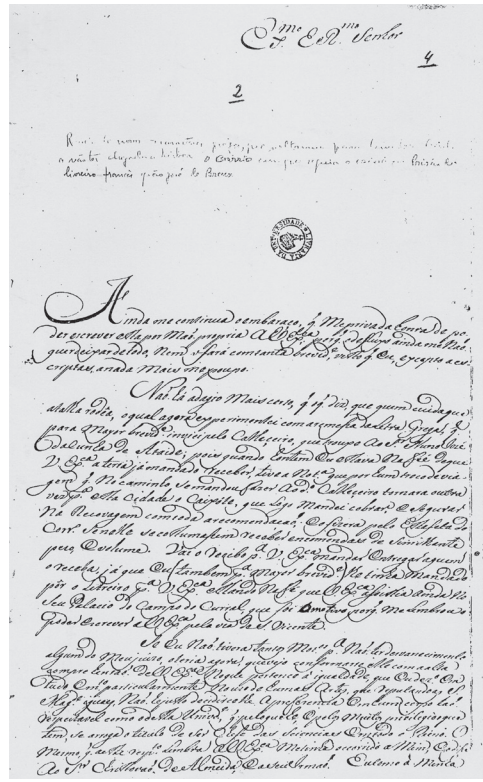
Último fólio da primeira carta de Manuel Pereira da Silva

Tais conjuntos de caracteres eram, decerto, de significativa dimensão e volume, uma vez que o subscritor desta missiva regista que «pezarão os ditos caracteres quarenta e hum arrates indo de fora parte do pezo do papel em que se embrulharão», tendo dos mesmos sido emitido o respectivo recibo[80].

Alude-se, mais adiante, que tais conjuntos de caracteres gregos são transportados por um tal Bento, um servidos de António Jardineiro, que reside precisamente junto

80 BGUC, Mss. 1338, fl. 1.

«ao Jogo da Pella, nessa Corte», em Lisboa. Passando-se, logo de seguida nesta carta, a outros assuntos, não são referidos nem a que instituição se destinam tais conjuntos de caracteres gregos, nem tão pouco se iriam logo ser postos em actividade[81]. Esta missiva termina, como aliás é apanágio da linguagem culta da época, pela fórmula «A Exma. Pessoa de V. Exa. Guarde Deos muitos annos... Reverente venerador, e fiel creado, Manoel Pereyra da Sylva».



Um dos fólios da segunda carta de Manuel Pereira da Silva dirigida a D. Tomás de Almeida em 1759

81 É evidente que, neste período, na Régia Oficina Tipográfica, se detecta a utilização de caracteres gregos (não se podendo afirmar, categoricamente, por falta de provas, que tais conjuntos de caracteres gregos tenham sido destinados a esses serviços oficiais da imprensa da Corte).

É precisamente de uma semana depois de 12 de Novembro de 1759 que data a segundo carta, do mesmo subscritor, dirigida ao Director dos Estudos do Reino, D. Tomás de Almeida. Aí se faz alusão, primeiramente, à «remessa de Letra Grega [caracteres gregos], que para mayor brevidade inviei pello calleceiro, que trouxe ao Sr. Nuno Jozé da Cunha de Ataíde»[82].

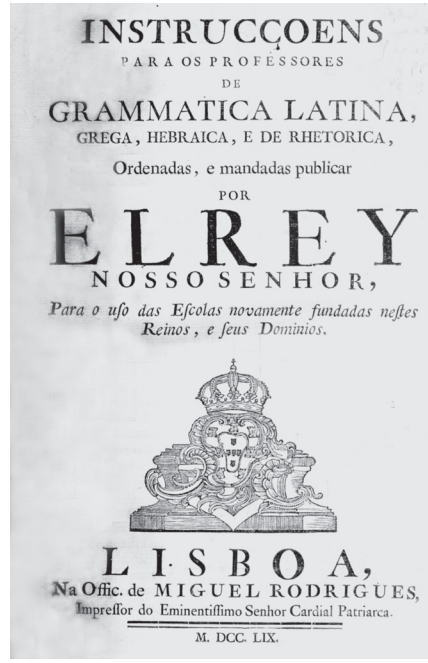
Fazendo-se de seguida alusão, nesta mesma epístola, a alguns transtornos no transporte desses conjuntos de caracteres para a Corte – inclusivamente um voltar inesperado da remessa a Coimbra e os trabalhos da reexpedição – Manuel Pereira da Silva aborda outros assuntos de não somenos interesse. É o caso de uma alusão a João António Bezerra, já então na sua docência na Universidade de Coimbra, pelo que considera tratar-se de um «sugeito muito aplicado». E adianta: «ensina... com excellente predicamento e dá grandes esperanças de se vir a fazer hum mestre consumado, não só em Gramatica Latina, mas em Rethorica».

Voltemos a essas duas cartas, de 5 e 12 de Novembro de 1759, enviada de Coimbra para Lisboa por Manuel Pereira da Silva para D. Tomás de Almeida e que antecederam apenas em alguns meses a edição em Lisboa, da *Gramática Grega*, de Port Royal. Elas, surgem, um pouco, como o reflexo de Instruções que este, como Director dos Estudos do Reino, emitira em Junho-Julho do mesmo ano (por via de um diploma oficial, subscrito então pelo próprio conde de Oeiras, em 28 de Junho). Tratava-se, com efeito, do cumprimento das directivas dessas *Instrucçoens para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rhetorica, Ordenadas e mandadas publicar por El Rey*

---

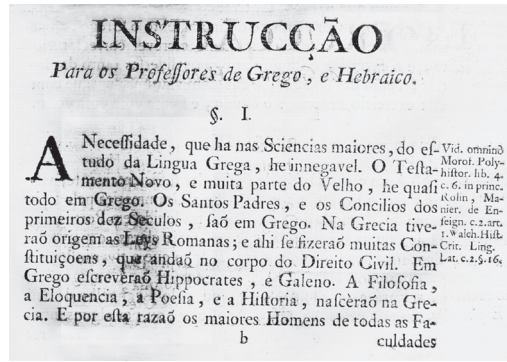
82 Ms. ant. cit. (2ª. carta).

*Nosso Senhor, Para o Uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus domínios*[83].



INSTRUCÇOENS
PARA OS PROFESSORES
DE
GRAMMATICA LATINA,
GREGA, HEBRAICA, E DE RHETORICA,
Ordenadas, e mandadas publicar
POR
ELREY
NOSSO SENHOR,
*Para o uſo das Eſcolas novamente fundadas neſtes Reinos, e ſeus Dominios.*

LISBOA,
Na Offic. de MIGUEL RODRIGUES,
Impreſſor do Eminentiſſimo Senhor Cardial Patriarca.
M. DCC. LIX.



INSTRUCÇÃO
*Para os Profeſſores de Grego, e Hebraico.*

§. I.

A Neceſſidade, que ha nas Sciencias maiores, do eſtudo da Lingua Grega, he innegavel. O Teſtamento Novo, e muita parte do Velho, he quaſi todo em Grego. Os Santos Padres, e os Concilios dos primeiros dez Seculos, ſaõ em Grego. Na Grecia tiveraõ origem as Leys Romanas; e ahi ſe fizeraõ muitas Conſtituiçoens, que andaõ no corpo do Direito Civil. Em Grego eſcreveraõ Hippocrates, e Galeno. A Filoſofia, a Eloquencia, a Poeſia, e a Hiſtoria, naſceraõ na Grecia. E por eſta razaõ os maiores Homens de todas as Fa-

Vid. omninò Morof. Polyhiſtor. lib. 4. c. 6. in princ. Rolin, Manier. de Enſeign. c. 2. art. 1. Walch. Hiſt. Crit. Ling. Lat. c. 2. §. 16.

b culdades

Nesta (e nas três páginas que se seguem)
editam-se as *Instruções* aos professores de língua grega
das Escolas do Reino

---

83 Trata-se da obra que foi impressa em Lisboa, na oficina tipográfica de Miguel Rodrigues, de que se reproduzem, aqui, as quatro páginas que se prendem com o tema em apreço (edição essa existente nas colecções do CEHLE).)

culdades, reconhecem a neceſſidade indiſpenſavel deſta Lingua; e recõmendaõ o ſeu eſtudo: ſem lhes fazer força o termos hoje excellentes Traducçoens, de que poſſaõ uzar os Profeſſores; que he o argumento, de que ſe val a ignorancia, para perſuadir a pouca utilidade da Lingua Grega: Sem reparar em que eſſas meſmas Naçoens, que traduziraõ aquelles livros, ſaõ as que actualmente eſtaõ cultivando com o maior cuidado as Claſſes da referida Lingua, e as que a eſcrevem, e falaõ com a maior pureza.

Rol. ubi ſupr. & maximè p. 102.

## §. II.

SEndo taõ neceſſaria eſta Lingua, naõ he taõ difficultozo o aprendella, como vulgarmente ſe imagina: Antes ſe aprende o que della he neceſſario, com mais facilidade, e brevidade, que a Lingua Latina, havendo no Profeſſor o cuidado de obſervar o ſeguinte.

Lami Entretien. 4.

## §. III.

DEpois que o Profeſſor tiver bem aperfeiçoado o Diſcipulo em ler clara, e diſtinctamente o Grego, aſſim como eſtá eſcrito: Paſſará a fazello eſcrever correctamente, e a fazer-lhe diſtinguir as figuras diverſas tanto das letras; como das ſyllabas, e das abbreviaturas; porque com eſte exercicio ſe facilita o eſtudo, e ſe aprende com goſto.

z. art. 2. Lami Entret. 4. Vide etiã na Carta Sur l'Etude des Humanités.

## §. IV.

TAnto que o Diſcipulo ſouber ler ſufficientemente, paſſará o Profeſſor a enſinar-lhe a Grammatica pelo Epitome do Methodo de Port-Royal traduzido em Portugues, onde tem as Regras mais breves, mais claras, e mais ſolidas, que em outro qualquer. E logo que o tiver inſtruído nos primeiros elementos de Declinações, e Conjugações; começará a fazello conſtruir, ou pelo Evangelho de Saõ Lucas; ou pelos Actos dos Apoſtolos; ou por alguns lugares

art. 2.

res eſcolhidos de Heródoto, e de Xenofonte; ou pelos Caracteres de Theofraſto; ou por alguns Dialogos de Luciano; o que ſe acha bem ordenado na Collecçaõ de Patuza, feita para o uſo da Academia Real de Napoles: Sem faltar com tudo em lhes advertir os preceitos de Grãmatica, que eſtudou, e vai eſtudando. Impreſſa em 2. tom. de 8. em Veneza em 1741.

## §. V.

OS livros, que devem ſervir para o uſo dos Principiantes, naõ teraõ mais, que o Original Grego: Porque as Ediçoens, em que ſe eſtampa juntamente a Verſaõ Latina, lhes he prejudicial, fazendo, que facilmente ſe deſcuidem, encobrindo a ſua negligencia, e ocioſidade, com a Verſaõ Latina, que tem prompta, ſem o menor trabalho. Rolin. dict. art. 2.

## §. VI.

PAra os Diſcipulos ſerve o Diccionario Manual de Screvelio, que he muito breve, e accommodado. Porém os Profeſſores teraõ os Diccionarios mais copioſos, como o de Eſcapula, o Theſouro de Carlos Eſtevaõ: Ubbo Emio, e Joaõ Meurſio, e os mais, que lhes parecerem para a noticia das Antiguidades Gregas. Teraõ tambem o Methodo grande de Port-Royal, e as melhores Ediçoens de Demoſthenes, Xenofonte, Thucidedes, &c.

## §. VII.

COmo a utilidade deſta Lingua conſiſte principalmente na liçaõ, e intelligencia dos Authores; naõ canſaráõ os Profeſſores aos Diſcipulos com muitas compoſiçoens. Porém em ſeu lugar lhes faraõ traduzir alguns lugares do Grego em Latim, e em Portuguez; porque deſte modo vaõ ao meſmo tempo adiantando-ſe no Grego, e exercitando-ſe no Latim. Lami Letr. ſur l'Etude des Humanités.

## §. VIII.

Rolin dict. Tom. 1. De la lecture d' Homere.

QUando os Diſcipulos eſtiverem mais adiantados, e quizerem aperfeiçoarſe mais no Eſtudo deſta utiliſſima Lingua, lhes fará o Profeſſor ler Homero, onde lhes fará ver naõ ſó tudo, o que a Antiguidade Profana tem de mais polido, e agradavel; mas tambem o melhor modelo de hum grande Poeta, util ainda para a Oratoria, e para a facil intelligencia (*) dos Eſcritores Sagrados, pela grande analogia, que com elles tem na ſimplicidade do eſtylo.

(*) Fenelon Dialog. ſur l' Eloquence, Dialog. 2. ad fin.

## §. IX.

O Profeſſor lerá duas horas de manhãa ao menos, e outro tanto de tarde. Deſtas applicará meia hora cada dia para fazer ler aos Diſcipulos alguns livros Latinos, como Cicero, Virgilio, ou Tito Livio; obrigando-os a traduzir alguns lugares em Portuguez, e em diverſo Latim: Ou lhes dará Aſſumptos para comporem em Latim na Claſſe, e em Caſa: Para que com eſte exercicio naõ ſó conſervem a noticia, que já tem deſta Lingua; mas ainda ſe adiantem.

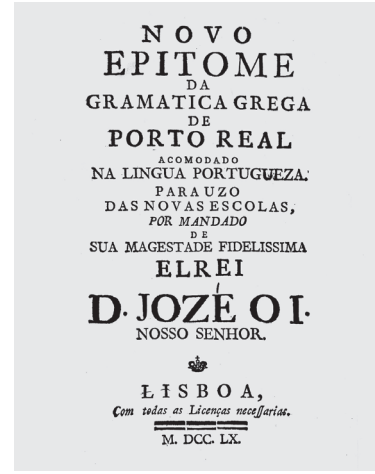
## §. X.

SEndo o Eſtudo da Lingua Hebraica privativamente neceſſario para as Erudiçoens Divinas: E ſendo por iſſo mais proprio dos Profeſſores da Sagrada Theologia: Se naõ dá neſta Inſtrucçaõ Methodo para ſe entender a referida Lingua, por haver Sua Mageſtade reſoluto encarregar algumas Ordens Religioſas do enſino da meſma Lingua: Confiando dos benemeritos Prelados dellas, que promoveráõ eſte importante Eſtudo de ſorte, que neſte Reino faça o progreſſo, que tem feito nos outros Paizes da Europa.

IN-

Pelas considerações aqui expressas facilmente se conclui que D. Tomás de Almeida era um homem de cultura, com apego à cultura e aos autores do período Clássico. Na sua ascensão pública muito contribuiu, inquestionavelmente, o rei-mecenas da Artes que foi D. João V.





NOVO
EPITOME
DA
GRAMATICA GREGA
DE
PORTO REAL
ACOMODADO
NA LINGUA PORTUGUEZA.
PARA USO
DAS NOVAS ESCOLAS,
*POR MANDADO*
DE
SUA MAGESTADE FIDELISSIMA
ELREI
D. JOZÉ O I.
NOSSO SENHOR.

LISBOA,
*Com todas as Licenças necessarias.*
M. DCC. LX.

Retrato de D.João V (Museu da Cidade de Lisboa);
e frontispício da obra *Novo Epítome da Gramática Grega*
de Porto Real (Lisboa, 1760, colº. CEHLE)

**Conclusões**

Perspectivados, apenas, estes seis momentos do neo-helenismo em Portugal, entre os séculos XV e XVIII, pode constatar-se que diversas figuras como Angelina da grande Grécia ou João Menelau – tendo vindo de diversas regiões da grande Grécia para a Península Ibérica, onde passaram a residir – trouxeram com elas uma vivência da cultura, uma formação linguística e filosófica muito próprias.

Não restam dúvidas, de igual modo, que os meios académicos portugueses *forneceram* a meios universitários peninsulares do melhor que na altura se conhecia na área da filologia, da restituição dos textos antigos, na área do

helenismo, até mesmo no que concerne ao pensamento teológico *post*-medieval. Um dos casos mais propalados internacionalmente, no que respeita a fins do século XV e à primeira metade do século XVI, foi a do leccionamento – e, de alguma forma, de *apostolado* cultural – de Aires Barbosa, como professor de Grego, ao serviço da Universidade de Salamanca.

De não menor significado é o facto de os intelectuais peninsulares deste período de *longa duração* (de mais de 300 anos), em particular os quinhentistas, terem aproveitado em várias fases históricas da sua produção textual – em trabalhos de reflexão filosófica e teológica – que a História das mentalidades registou – algumas das 27 *editiones principes* de clássicos gregos[84] preparadas em Veneza pelo príncipe dos impressores, Aldo Manuzio[85] (até à morte deste em 1515).

Pensando-se apenas no caso das aulas de língua e cultura Grega, nas universidade de Coimbra e Lisboa, ao longo do século XVI, é por demais sabido que, por via dos mercados de Lião e de Paris – quando não directamente dos mercados de Veneza, Florença, Pádua, Bolonha e Roma – essas edições aldinas helénicas chegavam regularmente a Portugal, integravam bibliotecas públicas e privadas. Eram, inclusivamente, referenciadas em trabalhos produzidos por humanistas em solo português e castelhano, como o provaram quer Marcel Bataillon nos seus estudos erasmianos, quer José V. de Pina Martins.

---

84 Ángel Gómez Moreno, *España y la Italia de los Humanistas*, edição ant. cit. (1994), p. 62. Para uma perspectiva mais dilatada destas 27 edições helénicas, remete-se para A. Renouard, e para o conhecido catálogo oitocentista das edições aldinas.

85 Robert G. Babcock e Mark L. Sosower, *Learning from the Greeks. An Exhibition commemorating the Five Hundredth anniversary of the Founding of the Aldine Press*, New Haven (Connecticut), Beinecke Rare Book & Manuscript Library, 1994.

Poderá concluir-se, por outro lado, que reflexões heurísticas helénicas chegavam a Portugal e a Castela, muitas vezes, por via de uma intercessão de intelectuais franceses. Um dos casos mais visíveis, neste âmbito, são as bem conhecidas leituras, no Portugal quinhentista, do tratado de Guillaume Budé – que aliás tinha visitado Veneza e Aldo em 1501 – *De Transitu Hellenismi ad Christianismum*, de c. de três décadas depois, mais precisamente de 1535, de Paris.






Retrato do helenista francês, Guillaume Budé
e frontispício de uma das suas mais conhecidas obras,
*De Transitu Hellenismi ad Christianismum*

Este trabalho constituía, no legado humanístico daquele autor, uma natural continuação de duas outras obras suas, o *De Asse*[86] – de que a melhor edição (embora não a primeira) será, sem dúvida, a veneziana, de Andre Asolano, de 1522 – que nos propiciou uma recente descoberta-surpresa[87], e *Commentarii Linguae Graecae*[88], de que retemos a edição ascensiana parisiense, de 1529.

Importa, por outro lado, desfazer o equívoco de que, ao longo do período seiscentista e, também, do setecentista, os estudos de língua e cultura grega, na Península Ibérica, já tinham caído em sintomático esquecimento. Essa não foi, de facto, a realidade, podendo, embora, a recorrência a essa língua clássica, sobretudo em meios universitários, ter diminuído comparativamente com o que sucedera no período de quinhentos.

Dois documentos portugueses, pelo menos, datados de entre o último quartel do século XVII (de 1688) e de de meados do século XVIII (1759), vem provar cabalmente este facto. Trata-se da epístola de D. Manuel Caetano de Sousa dirigida a D. Manuel Telles a Silva, Marquês de Alegrete, no primeiro dos casos; e da do docente em

---

86 Nesta obra Budé estuda as moedas e medidas de capacidade utilizadas pelos Romanos e traduz, segundo Pina Martins, "o valor em unidades do seu tempo para que os seus leitores possam fazer uma ideia em relação à realidade dos começos do século XVI". Este trabalho, adianta o mesmo investigador, "traz um método realmente científico: o humanismo não aparece mais, então, unicamente como o culto das elegâncias de estilo greco-latinas. – Veja-se, neste contexto, José V. de Pina Martins, *Au Portugal dans le Sillage d'Érasme*... – edição ant. cit. (1977), p. 127.

87 Tivemos ensejo de descobrir em Portugal, na primeira metade dos idos anos oitenta, uma versão portuguesa moderna do *De Asse*, de Guillaume Budé, facto esse que o filólogo, Prof. Justino Mendes de Almeida teve ensejo de assinalar, na oportunidade, no *Boletim da Academia das Ciências de Lisboa*.

88 Foi esta obra que, afinal, veio a provar ser Budé um dos maiores helenistas europeus quinhentistas. Tal não invalida o vasto trabalho de restituição, a partir do Grego, por Erasmo de Roterdão, de alguns tratados teológicos.

Coimbra, Manuel Pereira da Silva, a D. Tomás de Almeida, Director dos Estudos Gerais do Reino, em que, como se viu, regista o envio, desde Coimbra, de conjuntos de caracteres tipográficos em língua Grega.

Pelo exposto se conclui, enfim, que nesses dois períodos seiscentista e setecentista, com efeito, a língua de Homero e de Aristóteles, continuava a interessar a alguns estudiosos que pretendiam aprofundar, também em Portugal, os seus conhecimentos no âmbito do Helenismo.

Lisboa, Outubro de 2008 – Madrid, Janeiro de 2009